



Nº 1159 - Semanal  
0,50 €

20 Junho 2002

# ACÇÃO SOCIALISTA

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Director António José Seguro Director-adjunto Silvino Gomes da Silva

Internet [www.partido-socialista.pt/accao](http://www.partido-socialista.pt/accao) E-mail [accao.socialista@partido-socialista.pt](mailto:accao.socialista@partido-socialista.pt)

## PS CUMPRE PROMESSAS ELEITORAIS

O secretário-geral do PS divulga hoje três iniciativas legislativas que correspondem a promessas feitas durante a última campanha eleitoral. Na área social, Ferro Rodrigues vai apresentar o projecto-lei que visa atribuir a cada casal de idosos o equivalente ao salário mínimo nacional; em matéria fiscal, o líder socialista deverá anunciar as propostas do PS no respeitante à eficiência tributária; a terceira das iniciativas prende-se com a criação do Cartão Único do Cidadão que visa pôr fim ao bilhete de identidade, ao cartão de eleitor, ao cartão de saúde, ao cartão da segurança social e ao cartão de contribuinte. Nesta edição do "Acção Socialista" divulgamos também três outras iniciativas já entregues na mesa da Assembleia da República sobre o regime penal específico para jovens entre os 16 e os 21 anos, o combate à discriminação com base em deficiência e a consagração institucional do direito de iniciativa legislativa popular.

► Página 10



ENTREVISTA A AUGUSTO SANTOS SILVA

### RENOVAÇÃO PELO PENSAMENTO E PELA ACÇÃO

É consensual, na comissão encarregue de elaborar a proposta de revisão do Programa e Declaração de Princípios do Partido Socialista, que o respeito mútuo se deve inscrever como um novo valor e que a paridade, a equidade e a precaução devem figurar como novos princípios. Em entrevista ao "Acção Socialista", Augusto Santos Silva, relator da referida comissão, defende que a esquerda vai saber renovar-se pelo pensamento e pela acção, passando essa renovação "pela nossa vontade e pela nossa iniciativa".

► Página 7

### ASSIS ACUSA GOVERNO

### DE ENVELHECIMENTO PRECOCE

► PÁGINA 3

MICHEL ROCARD AO "ACÇÃO SOCIALISTA"

### SOCIALISTAS PRECISAM DE RECUPERAR OS VELHOS COMBATES DA ESQUERDA

► PÁGINA 16

# A SEMANA REVISTA

Jorge Sampaio concluiu a "Presidência Aberta" no distrito de Beja, região a que chamou "terra de oportunidades".

O secretário-geral do PS recebeu em audiência os militantes socialistas dirigentes do clube de reflexão e debate "Margem Esquerda".

Ferro Rodrigues reuniu-se com o primeiro-ministro no âmbito da preparação do Conselho Europeu de Sevilha.

António Costa na qualidade de cabeça-de-lista do PS pelo distrito de Leiria apelou ao Governo para avançar com a construção do aeroporto da Ota.

Paulo Pedroso participou num debate organizado pela Federação do Porto sobre a revisão dos Estatutos.

A delegação socialista portuguesa no Parlamento Europeu promoveu em Bruxelas um novo debate sobre "O futuro da Europa", desta vez com a presença de jornalistas da imprensa regional.

A revisão dos Estatutos do partido foi o tema de uma reunião entre a Concelhia de Lisboa e os militantes das secções da Penha de França e São João.

A Secção de Oeiras do PS levou a cabo um debate sobre "O cidadão enquanto agente da protecção civil", que contou com a presença de Armando Vara.

SEG. TER. QUA. QUI. SEX. SÁB. DOM.

## O SOPAPO

(EXCLUSIVO MUNDIAL DO ACÇÃO SOCIALISTA)

ANTOONIO COLAÇO



O EXCLUSIVO QUE HOJE REVELAMOS MOSTRA O MOMENTO EM QUE **ZÉ DURÃO** SE PREPARA PARA **ATINGIR** MAIS UMA VEZ O JÁ SACRIFICADO ESTÔMAGO DE **ZÉ POVINHO**.

**Sendo de facto a imigração uma questão central da actualidade política, urge encontrar soluções que, por um lado, respondam às preocupações dos europeus, mas que, por outro, espelhem a base humanista que está na génese da construção e do projecto europeu.**

EDITORIAL

## A CIMEIRA DA DESUNIÃO

Profundamente divididos, os chefes de Estado e de Governo dos Quinze, que sexta e sábado se reúnem em Sevilha, muito dificilmente conseguirão consensualizar posições relativamente à política comum de protecção das fronteiras externas da União e à luta contra a emigração clandestina. Estas matérias colocadas por Aznar como os principais temas para a Cimeira que encerra a presidência espanhola não lograram obter luz verde nas múltiplas reuniões preparatórias que a antecederam e, muito provavelmente, também não será em Sevilha que se chegará a acordo.

Enquanto a Espanha, o Reino Unido e a Itália defendem a aplicação de medidas repressivas para combater o fluxo de imigrantes ilegais, Portugal, França, Suécia, Bélgica, entre outros, recusam-se a pôr em causa as ajudas ao desenvolvimento dos países de origem ou de passagem desses imigrantes.

Ainda bem que existe esta clivagem a impedir a criação da "Europa Fortaleza" contrária, aliás, à tradição humanista de respeito pelos direitos e de garantia de acesso aos países da União de pessoas com necessidade de protecção. Mas, se houver uma decisão a permitir o endurecimento das leis de asilo e imigração, ao contrário do pretendido, essa solução irá aumentar as entradas ilegais no espaço europeu e favorecer as redes de tráfico de seres humanos.

Os Quinze estão também longe de se reverem no projecto da presidência espanhola de reforma do funcionamento das cimeiras e Conselhos de Ministros europeus, com os pequenos e médios países a recearem que as medidas propostas por Espanha favoreçam os chamados "grandes" no processo de decisão.

Bem ao jeito da tradição da União e para evitar que sobressaissem mais divergências nos

Quinze, foi decidido pelo Conselho de Assuntos Gerais, da passada terça-feira, adiar para a presidência dinamarquesa que se segue, uma decisão sobre ajudas financeiras directas aos agricultores dos países candidatos à adesão, já que a PAC absorve cerca de metade do orçamento comunitário. Face a esta situação, a Europa poderá entrar numa fase de impasse político, quando os cidadãos reclamam respostas urgentes e imediatas aos seus problemas e anseios. Sendo de facto a imigração uma questão central da actualidade política, urge encontrar soluções que, por um lado, respondam às preocupações dos europeus, mas que, por outro, espelhem a base humanista que está na génese da construção e do projecto europeu. Aos líderes dos países da União pede-se inteligência, rasgo e vontade política para ultrapassar com sucesso e a contento mais um momento complicado da vida dos Quinze.



SILVINO GOMES DA SILVA

*Silvino Gomes da Silva*



O deputado socialista Francisco Assis acusou ontem o Governo de "envelhecimento precoce", numa intervenção marcada por fortes críticas a Durão Barroso e a Manuela Ferreira Leite. Francisco Assis considerou que o Executivo, ao fim de pouco tempo de funções, já se encontra "exaurido e gasto, como se estivesse prestes a

entrar na fase declinante da sua existência". O ex-líder parlamentar do PS sustentou que o primeiro-ministro, vindo de uma vitória nas últimas eleições legislativas, "tinha até condições para exercer um papel de grandeza, mas preferiu o caminho do sectarismo". "Desde que disse que o País estava de tanga,

PARLAMENTO

## ASSIS ACUSA GOVERNO DE ENVELHECIMENTO PRECOCE

estava dado o sinal. O primeiro-ministro passou a actuar como se fosse apenas o líder de uma oposição póstuma a um poder pretérito e a maioria parlamentar, nuns casos por ingenuidade, noutros casos com mal disfarçado cinismo, seguiu-o neste preocupante delírio anti-PS", acusou.

Sobre a actuação da ministra das Finanças, Francisco Assis foi igualmente duro, considerando que a sua alegada "postura austera" se deve ao facto de ter sido "alcandroadada à posição de eminência parda do Executivo".

Segundo Assis, "Manuela Ferreira Leite supunha-se e insinuava-se acima dos lobbies, imune a pressões e influências, mas cedeu às exigências de um clube de futebol e de tal forma tomou consciência do erro cometido que, confrontada com o assunto no Parlamento, optou por refugiar-se num silêncio que induziu o seu chefe de Governo a mentir".

Assis referiu ainda casos em que a ministra das Finanças terá sido desautorizada por

destacados dirigentes do PSD.

"A ministra das Finanças decretou o emagrecimento da função pública, o presidente do Governo Regional da Madeira, Alberto João Jardim, respondeu anunciando a contratação imediata de mais de mil funcionários públicos regionais", referiu Assis.

Ainda de acordo com o deputado da bancada socialista, Manuela Ferreira Leite "advogou a necessidade de impor limites rígidos à capacidade de endividamento das autarquias, mas o presidente da Câmara de Viseu, Fernando Ruas, decidiu constituir no seu município aquilo que designou como uma almofada financeira de 16 milhões de euros, para o que desse e viesse".

Na sequência da intervenção de Assis, aplaudida de pé pela bancada socialista, não houve reacção das bancadas da maioria de direita, o que é revelador da incomodidade e do mal-estar latentes, bem como de uma certa exaustão que parece já propagar-se do Governo para a maioria parlamentar que o apoia.

## POLÍTICA SOCIAL

## RMG VEIO PARA FICAR

O PS quer que o Governo corrija os "erros técnicos" da proposta que visa transformar o Rendimento Mínimo Garantido (RMG) em Rendimento Social de Inserção (RSI).

Na votação do diploma do Executivo, que decorreu no Parlamento, no dia 14, a bancada socialista absteve-se por considerar que o RSI não altera a essência do RMG, embora assinala o que Paulo Pedroso qualificou como uma "demonstração de desconhecimento da realidade dos sectores sociais a que a medida se destina".

"Esta iniciativa tem um cheirinho de caritativismo, um toque de paternalismo do Estado sobre os cidadãos, uma mão-cheia de erros técnicos desnecessários", sublinhou Pedroso, sem deixar de frisar, por outro lado, a abertura do PS à discussão e a necessidade de melhorar o diploma.

Foram dois os principais pontos de discórdia entre o Governo e a oposição, com o PS incluído: o aumento de 18 para 25 anos da idade mínima de acesso ao agora RIS e a atribuição de um vale social, que, para a esquerda, nada mais representará que "a estigmatização dos pobres". Os socialistas denunciaram o que consideraram ser uma política do Executivo contra os jovens, excluindo-os do RSI.

PS, PCP, PEV e BE insurgiram-se também contra a atribuição de vales sociais aos pobres, sustentando que tal medida irá provocar "uma estigmatização", podendo também ser "objecto de fraude".

Minutos antes do plenário, o secretário-geral do PS declarou: "O Rendimento Mínimo Garantido continua mas com outro nome". perante a Imprensa, Ferro Rodrigues sublinhou que o Governo de coligação PSD/CDS-PP se



limitou a fazer "alterações erradas" à prestação social criada pelo Executivo de António Guterres.

Ferro, "o pai" do RMG, saudou a direita "por ter reconhecido o mérito da medida, que disse ser "uma vitória conseguida" pelo PS, sustentando que o Executivo nada mais fez que apresentar uma "proposta que altera" o nome da prestação e introduz algumas "alterações

erradas" que "poderão ser melhoradas".

"O Rendimento Mínimo Garantido veio para ficar", disse o secretário-geral socialista.

#### Rendimento de inserção é "assistencialista"

Entretanto, de outros quadrantes da vida pública surgem críticas à iniciativa do Governo. Há quem

arrisque falar na "desvirtuação" da medida mais emblemática da administração socialista. É que, dentro da filosofia que presidiu à criação do Rendimento Mínimo Garantido (RMG) estava "um direito, não uma benesse", conforme explicou o presidente nacional da Rede Europeia Anti-Pobreza, o padre Agostinho Jardim.

Com as alterações a que foi sujeito, passou a chamar-se Rendimento Social de Inserção, mas tornou-se "assistencialista", disse.

Na opinião de Agostinho Jardim, o importante é aplicar energias a desenvolver mecanismos capazes de adequar as acções de formação ministradas em todo o País às aspirações dos beneficiários e ao mercado de trabalho.

O RMG "nasceu da consciência de que, numa sociedade dita desenvolvida, há pessoas que não têm condições para integrar o mercado de trabalho e [assim] exercer os seus direitos fundamentais", recorda o padre.

A criação da medida não implicou o abraçar de "uma política sócio-dependente", defendeu, acrescentando que, antes, significara que "a sociedade, pelo seu próprio equilíbrio, assumiu que era preciso promover a igualdade de acesso à formação e ao emprego".

Com as alterações introduzidas na passada sexta-feira, "a medida ganhou um forte pendor assistencialista", virando-se, de forma clara, para as grávidas, para os idosos e para os deficientes, e deixando de fora uma fatia da população jovem com grande dificuldade de acesso ao mercado de trabalho.

"Desvirtuou-se a filosofia da prestação. e afastar os jovens com idades compreendidas entre os 18 e os 25 da medida representa um "retrocesso", que alimenta a exclusão.

## PORTUGAL / ANGOLA

## SOCIALISTAS DEFENDEM NOVA PARCERIA ESTRATÉGICA

Os antigos relacionamentos menos bons entre Portugal e Angola devem ser ultrapassados e deixados no passado, iniciando-se uma nova parceria estratégica.

Foi esta a ideia defendida pelo líder parlamentar do Partido Socialista português, António Costa, após ter recebido em audiência uma delegação da UNITA, chefiada pelo coordenador da Comissão de Gestão do movimento, Paulo Lukamba "Gato", e que integrou ainda os dirigentes do Galo Negro Alcides Sakala e Carlos Morgado.

Pela parte do PS, além de António Costa, estiveram presentes o ex-presidente da Câmara de Lisboa João Soares e o ex-ministro da Justiça José Vera Jardim.

No final do encontro, Lukamba "Gato" afirmou "estar muito satisfeito" com a receptividade do Partido Socialista, realçando a importância "do processo de paz em Angola se tornar efectivo e irreversível".

Interrogado sobre as dificuldades de relacionamento da UNITA com membros do governo cavaquista e com dirigentes socialistas, António Costa deu primazia ao futuro.

"Nesta nova fase, é importante virar a página de antigos relacionamentos menos bons e apostar numa parceria estratégica entre Portugal e Angola", afirmou o líder da bancada socialista. Para Costa, "será muito útil que o processo de paz em curso em Angola, para além do fim da guerra, signifique também uma paz efectiva assente na democracia e na reconciliação nacional". "É importante que todos se empenhem no fortalecimento das instituições democráticas, designadamente com os partidos angolanos", concluiu.

## LEI DA TELEVISÃO

## GRUPO PARLAMENTAR DO PS VOTA A FAVOR

O PS votará favoravelmente as alterações à proposta de lei da televisão que atribuem à Alta Autoridade para a Comunicação Social o direito de veto sobre as direcções de programas e de informação da RTP.

A posição dos socialistas foi transmitida aos jornalistas por António Costa, após o ministro da Presidência, Nuno Morais Sarmento, ter anunciado as alterações que serão introduzidas na proposta de lei de televisão, declarada contrária à Lei Fundamental pelo Tribunal Constitucional.

O líder parlamentar do PS lamentou, no entanto, que o Governo "não tivesse há mais tempo optado pela solução" de conceder parecer vinculativo à Alta Autoridade para a Comunicação Social em relação aos directores de programas e de informação da RTP.

"Ter-se-iam poupado muitos episódios e ter-se-ia poupado muito tempo", referiu António Costa. "Espero que este seja o primeiro passo do Governo para entrar no caminho certo na temática do serviço público de televisão, na qual tem andado muito mal", concluiu o presidente da bancada parlamentar do Partido Socialista.



PORTO

# DEBATE SOBRE ALTERAÇÕES ESTATUTÁRIAS

O porta-voz do PS, Paulo Pedroso, revelou que, no âmbito do processo de alterações estatutárias em curso, está prevista a limitação de mandatos no partido, a redução dos órgãos nacionais e das inerências ao Congresso.

Ao intervir num debate sobre as alterações estatutárias, promovidas pelo PS/Porto, que contou com a presença de largas dezenas de militantes, o camarada Paulo Pedroso considerou "urgente" o processo de remuneração dos militantes por considerar que não serve para nada "ter um partido formalmente muito grande, com muitos militantes, mas a sal actividade estar limitada aos órgãos executivos".

Na mesma linha se manifestou Narciso Miranda, líder do PS/Porto, que mostrou o seu agrado pela intenção do PS de proceder a uma limpeza nos cadernos de militantes, sublinhando que essa remuneração deveria estar concluída até ao final do ano, já que "não é possível estar pior do que está actualmente".

Quanto à questão da limitação de mandatos com carácter executivo que existem no partido, Paulo Pedroso revelou que o PS se inclina para estabelecer uma limitação de três ou quatro mandatos para os dirigentes de todos os órgãos, mas sem efeito retroactivo. A limitação de mandatos motivou reacções diferentes da plateia. O deputado José Saraiva manifestou-se contra a ideia, dando o exemplo do próprio Paulo Pedroso, dirigente



do PS há já vários anos, mas ainda jovem. Se fosse aplicada a regra da retroactividade, explicou, Paulo Pedroso não poderia ser novamente eleito.

Manuel Seabra, membro do Secretariado Nacional do PS, pelo contrário, afirmou que só com a introdução da retroactividade é que o partido chegará ao objectivo pretendido.

"Não devemos cingir-nos ao plano jurídico, temos de olhar politicamente para a questão", frisou.

## Secretário-geral eleito em Congresso

Por outro lado, Paulo Pedroso falou das razões que levam o PS a alterar o actual programa. Recordou que o actual foi eleito ainda antes da queda do Muro de Berlim, numa altura em que o PS se demarcava sobretudo do liberalismo, do colectivismo e tinha reservas em relação à economia de mercado, enquanto agora o PS precisa de se demarcar do conservadorismo e populismo.

O porta-voz do PS referiu-se também, no plano organizativo, ao método de eleição do secretário-geral, sublinhando que tudo aponta para que se retome a eleição em Congresso. Paulo Pedroso referiu também que o PS tenciona reduzir drasticamente as inerências aos congressos, de forma a que estas reuniões magnas fiquem mais operativas.

Emagrecimento haverá ainda nos órgãos nacionais, que deverão limitar-se a uma Comissão Nacional e a um Secretariado, desaparecendo assim a actual Comissão Política.

O dirigente nacional do PS adiantou ainda que está em estudo a criação de secções temáticas e virtuais, bem como a eventual criação de clubes de reflexão.

## AEROPORTO DA OTA

# ANTÓNIO COSTA QUER QUE GOVERNO NÃO ADIE CONSTRUÇÃO

O líder do Grupo Parlamentar do PS, António Costa, garantiu em Leiria que os socialistas vão continuar a pressionar o Governo até que este recue na decisão de adiar a construção do aeroporto internacional de Lisboa na Ota.

Falando no final de uma audiência com o governador civil de Leiria, distrito pelo qual foi eleito deputado, António Costa considerou que Portugal não pode continuar a adiar o projecto e Durão Barroso terá de recuar no adiamento da obra, prometido durante a campanha eleitoral.

Segundo referiu António Costa, "houve uma enorme precipitação do primeiro-ministro" que agora "tem dificuldades de desembaraçar-se deste compromisso eleitoral negativo".

No entanto, disse, tal como sucedeu com o choque fiscal, a promessa de não aumento do IVA e o TGV, o Governo terá de rever a sua posição nesta matéria porque é "o interesse nacional" que o exige.

Assim, após as férias parlamentares, o PS pretende novos esclarecimentos do ministro das Obras Públicas sobre os estudos entretanto efectuados e vai efectuar todas as diligências



necessárias no sentido de desbloquear o processo.

## Desbloquear o processo

António Costa mostrou-se particularmente preocupado com o facto da obra só avançar depois de 2006, data do fim dos fundos estruturais, não existindo garantias de financiamento externo.

Dos 500 milhões de euros (100 milhões de contos) previstos de financiamento público, apenas 35 por cento seria assumido pelo Estado português, cabendo o resto à União Europeia, explicou.

No entanto, além deste factor, o líder da bancada socialista teme que a privatização da ANA e do novo aeroporto em separado não gere receitas suficientes para assumir o investimento total do projecto, que poderá atingir os dois mil milhões de euros.

A Ota foi o principal tema da reunião, em que foram abordados ainda outros problemas do distrito, nomeadamente no capítulo das acessibilidades e da crise na cristalaria.

# FERRO RECEBE "MARGEM ESQUERDA"

O secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, recebeu na terça-feira, na sede nacional, uma delegação da "Margem Esquerda", que lhe foi apresentar os documentos fundadores deste clube de reflexão e debate e explicar o que os seus membros pretendem fazer para contribuir para o aprofundamento do debate político dentro do partido. Integraram a delegação da "Margem Esquerda" os camaradas Rui Namorado, Strecht Ribeiro, Artur Fonseca Ferreira, José Duarte Cordeiro, Henrique Neto e Luís Miranda.



## PORTO

### VEREADORES SOCIALISTAS ACUSAM RIO DE CONFORMISMO



Os vereadores socialistas na Câmara do Porto acusaram o presidente da autarquia, Rui Rio, de "conformismo" e de "vergar aos ditames" de Lisboa perante os "sérios riscos" de transferência para o Estoril da reunião ministerial da Organização de Segurança e Cooperação Europeia (OSCE). A reunião dos ministros dos Negócios Estrangeiros está prevista para 5 e 6 de Dezembro e põe fim à presidência portuguesa da OSCE. O jornal "Expresso" noticiou sábado que o Governo está a ponderar a transferência da reunião do Porto para o Centro de Congressos do Estoril, por motivos de limitação orçamental. Em comunicado, os autarcas socialistas da Invicta manifestam a sua "estranheza" pelo facto de não ter havido uma "reação forte e enérgica" por parte de Rui Rio logo que surgiram na Comunicação Social notícias sobre a eventual transferência. "Convém lembrar que num passado recente a Câmara do Porto de maioria PS soube bater o pé a quem quer que fosse que pretendesse enxovalhar a cidade", lê-se no comunicado, em que Rui Rio é acusado de se "vergar aos ditames de Lisboa", para "não fazer ondas contra o Governo do seu partido".

## PENHA DE FRANÇA/SÃO JOÃO

### CONCELHIA REÚNE COM MILITANTES

Miguel Coelho e Celeste Correia, da Comissão Política da Concelhia de Lisboa, estiveram na terça-feira reunidos com os militantes das secções da Penha de França e São João, para debater as alterações estatutárias do partido.

O papel fundamental desempenhado pelas secções de residência na acção política do partido, a limitação de mandatos nos órgãos do PS, a diminuição das inerências, a eleição do secretário-geral em Congresso, a reafirmação do PS como partido de militantes, foram questões que geraram consenso nesta reunião em que participaram dezenas de militantes.

Entretanto, estão já agendadas outras reuniões da Concelhia de Lisboa nas sedes das secções. Hoje, dia 20, pelas 21.30 horas, terão lugar reuniões nas secções de Benfica, Lumiar, Marvila, Belém e Almirante Reis. No dia 21, também pelas 21.30 horas, haverá reuniões nas secções da Ajuda e de Campo de Ourique.



## PONTINHA

### SECÇÃO COMEMORA 28º ANIVERSÁRIO

O Secretariado da Secção do PS/Pontinha vai assinalar o 28º aniversário desta estrutura com um almoço-convívio, no domingo, dia 23, pelas 13 horas, no restaurante "O Retiro do Falcão".

Na ocasião, o Secretariado da Secção vai ainda distinguir os camaradas com uma pequena lembrança os camaradas que completaram 25 anos de militância nesta estrutura.



## CALDAS DA RAINHA

### PS PROTESTA CONTRA ESGOTOS A CÉU ABERTO



O PS e os moradores com casas junto ao rio Sujo, nas Caldas da Rainha, protestaram contra os prejuízos causados pelos esgotos a céu aberto lançados sobre o rio.

À denúncia dos moradores juntou-se a oposição socialista na Assembleia Municipal das Caldas da Rainha que fez uma exposição sobre o problema - com apresentação de fotografias da poluição da linha de água - e exigiu acções "para minimizar os interesses dos lesados".

O socialista Arnaldo Rocha recordou que além do problema ambiental causado pelos esgotos despejados no rio, "todos estes efluentes vão dar à Lagoa de Óbidos" dado que a estação de tratamento ainda não está a funcionar.

"Atendendo à gravidade da situação, o PS requer que a Câmara informe quando entrará em funcionamento a Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR)", disse.

A construção da ETAR das Caldas da Rainha, recorde-se, está atrasada em cerca de 15 meses, enquanto os moradores desesperam por uma solução.

## BAIRRO ALTO

### SECÇÃO PROMOVE DEBATE COM PAULO PEDROSO



A Secção do Bairro Alto do PS, estrutura liderada pela camarada Jacira Fonseca, promove no dia 3 de Julho, pelas 21.30 horas, nas suas instalações, um debate sobre "O papel das secções do PS", que contará com a presença de Paulo Pedroso.

Entretanto, no âmbito das comemorações do 28º aniversário da Secção, o seu Secretariado vai homenagear todos os camaradas desta estrutura que completaram 25 anos de militância, no decurso de um almoço-convívio que terá lugar no dia 30 de Junho, na Casa do Ribatejo.

## BAIXO-ALENTEJO

### FESTA SOCIALISTA

É já no próximo domingo, dia 23, que se realiza a tradicional Festa Socialista do Baixo-Alentejo, que decorrerá na praia fluvial de Odivelas.

Do programa desta grande jornada de confraternização dos socialistas baixo-alentejanos consta animação musical e cultural e piquenique, a partir da manhã e durante todo o dia. Pelas 16.30 horas, terão lugar intervenções políticas do presidente da Federação do Baixo-Alentejo, Luís Ameixa, e do presidente da Comissão Política Concelhia de Ferreira do Alentejo, Aníbal Costa.



É consensual, na comissão encarregue de elaborar a proposta de revisão do Programa e Declaração de Princípios do Partido Socialista, que o respeito mútuo se deve inscrever como um novo valor e que a paridade, a equidade e a precaução devem figurar como novos princípios. Em entrevista ao "Acção Socialista", Augusto Santos Silva, relator da referida comissão, defende que a esquerda vai saber renovar-se pelo pensamento e pela acção, passando essa renovação "pela nossa vontade e pela nossa iniciativa".

Na sua qualidade de relator da proposta de revisão do Programa e da Declaração de Princípios do PS que será presente ao próximo Congresso de Novembro, perguntava-lhe em que ponto é que estão os trabalhos do grupo que está encarregue deste dossiê?

A comissão que foi constituída tem trabalhado na perspectiva de cumprir o seu mandato, isto é, apresentar à Comissão Nacional de 13 de Julho um relatório contendo propostas de alteração da declaração de princípios e programa. Neste momento, estamos a finalizar a discussão do ponto relativo aos princípios fundamentais.

Porque razão o PS sentiu necessidade de proceder à revisão da seus textos fundamentais? Estão desactualizados ou precisam apenas de ser modernizados?

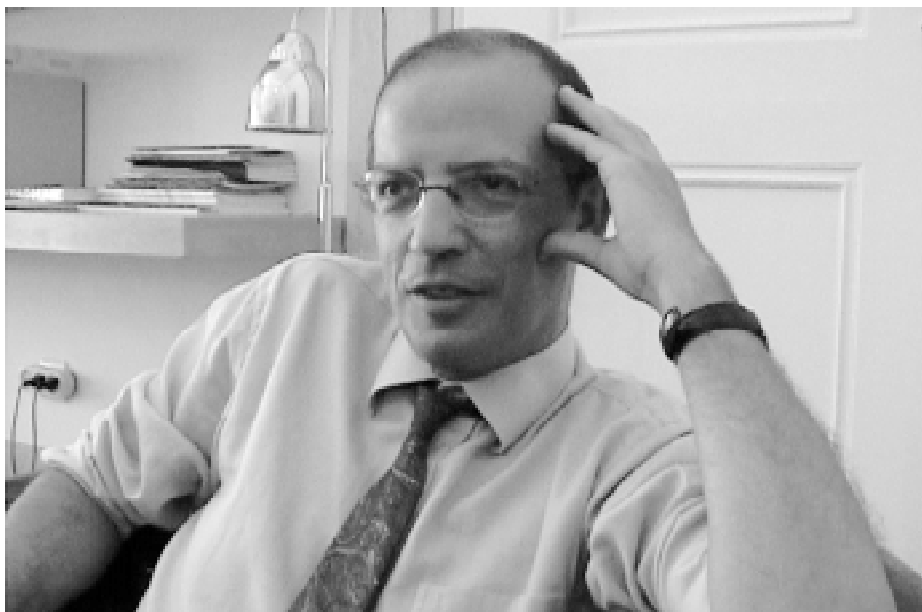
Há duas razões fundamentais: actualização e renovação. Actualização: a actual declaração de princípios data de 1986, é anterior à queda do Muro de Berlim e ao Tratado de Maastricht; já não é preciso insistir hoje tanto na demarcação face ao colectivismo, e a União Europeia faz parte do nosso presente. Por outro lado, temas que se tornaram capitais para a prática política dos socialistas, como a promoção da paridade e a defesa do ambiente, ainda não estavam incorporados no documento de 1986. Renovação: esta é uma oportunidade de ouro para proceder também, no plano doutrinário e programático, a uma renovação do pensamento socialista, no quadro dos problemas e soluções do mundo de hoje, uma renovação que enriqueça e se enriqueça da identidade histórica do partido.

Têm decorrido diversos debates organizados por algumas concelhias e federações sobre o futuro do PS, onde têm surgido algumas sugestões interessantes. Até que ponto é que o grupo de trabalho da revisão do Programa e da Declaração de Princípios tem vindo a acompanhar estas iniciativas e incorporado as sugestões no documento que está a elaborar?

Temos procurado acompanhar as discussões e temos procurado que a discussão interna à comissão encarregada de apresentar

AUGUSTO SANTOS SILVA

## RENOVAÇÃO PELO PENSAMENTO E PELA ACÇÃO



proposta(s) de revisão acolha e reflecta a diversidade de perspectivas que "fazem" o PS.

**O PS tem um património consolidado relativamente aos valores e princípios que nenhum militante põe em causa e que são a sua matriz ideológica. Como articular este adquirido com a necessidade de adaptação à realidade do século XXI?**

Parece-me, pessoalmente, simples. O PS foi fundado no quadro da luta sem reservas ou hesitações pela liberdade, na defesa da democracia parlamentarista, no espírito europeu e na prática da solidariedade e da justiça social. Estas continuam a ser as bandeiras fundamentais, estas serão bandeiras fundamentais do século XXI. A renovação não se fará, portanto, no nosso caso, por rupturas, mas sim por aprofundamento e enriquecimento do nosso património doutrinário e programático essencial.

**Respeitando a matriz a que me referi na pergunta anterior, é possível a integração de novos valores e princípios?**

Certamente. Não só possível, como desejável.

**Quais são esses novos valores e princípios e o como é que eles podem enriquecer o ideário socialista?**

É prematuro dar uma resposta definitiva à pergunta, ela dependerá dos debates a haver no PS e das decisões do Congresso. Posso, contudo, dar conta do relativo consenso a que a comissão de que sou relator já chegou, em matéria de princípios gerais. Em síntese, propomos que o PS se afirme como a organização política dos cidadãos que se reconhecem na democracia e no socialismo democrático; que, além dos três valores básicos da liberdade, da igualdade e da solidariedade, valorize autonomamente o valor do respeito mútuo; que se afirme como um partido que deseje aprofundar na sociedade portuguesa uma atitude positiva face à iniciativa, à inovação e ao progresso; e que adopte como princípios fundadores de políticas os princípios da paridade (entre homens e mulheres), da equidade (na prática da justiça social) e da precaução (na promoção do desenvolvimento sustentável e na defesa do ambiente). Mas espero que do debate interno resultem propostas que enriqueçam (ou questionem...) este consenso.

**Como é que o grupo que está a elaborar o documento reflecte a delimitação das fronteiras à esquerda e à direita do PS?**

Pessoalmente, entendo que o PS se deve definir como partido da esquerda democrática e que, a partir dessa posição, deve ambicionar dirigir o grande arco social político do centro

e da esquerda. Na esquerda democrática, integro quer a tradição social-democrata, trabalhista e do socialismo democrático, quer sectores importantes da esquerda liberal (no sentido anglo-saxónico do termo).

**Como é que cada militante pode dar o seu contributo, a sua colaboração para a feita das propostas de revisão?**

Nesta fase, fazendo-o chegar directamente à comissão, através por exemplo do endereço electrónico da nossa camarada Ana Margarida Soares, que secretária a comissão: margarida@ps.pt. Mas sobretudo participando activamente no debate que se fará no partido, no quadro da preparação do congresso e em função das decisões que irá tomar a comissão nacional de Julho.

**Num registo mais alargado e tendo em conta os últimos resultados de eleições na Europa, particularmente em França, concorda com a afirmação de Mário Soares de que "a esquerda ou se reencontra ou vai para o museu da política"?**

Compreendo a força retórica do alerta de Mário Soares. Mas acho que a esquerda vai saber renovar-se, pelo pensamento e pela acção. Mas atenção: isto não é uma certeza da História, depende de nós, do nosso querer, da nossa vontade e da nossa iniciativa!

SOARES ALERTA

## PARTIDOS SOCIALISTAS TÊM DE FAZER POLÍTICAS DE ESQUERDA OU SERÃO VARRIDOS

O eurodeputado socialista Mário Soares considerou domingo, no Porto, que os partidos socialistas "foram varridos de muitos países europeus por não terem sabido ser suficientemente de esquerda".

"Quando um partido socialista faz uma política de direita, não se pode admirar depois se as pessoas optarem de facto pelos partidos de direita", alertou Soares.

"Têm de fazer políticas de esquerda, senão serão varridos de vez para o museu da política", acrescentou, apontando o impasse na construção europeia como um dos erros históricos que os partidos social-democratas e socialistas cometeram.

"Os socialistas tiveram 11 dos 15 países da União Europeia em anos que foram uma verdadeira ocasião perdida para avançar com a construção europeia", referiu, numa alusão ao facto de não acreditar que a viragem à direita em vários países venha a ser um empecilho ao

processo europeu.

Relativamente à vitória da direita em França, Soares recordou que "se trata de uma direita democrática, que sempre colaborou activamente no processo europeu".

A construção da Europa, recordou, "é fruto de uma dialéctica entre duas grandes famílias, a democracia-cristã e a social-democracia".

Apesar de recusar pessimismos - pelo contrário, desde que se tornou eurodeputado e a ver por dentro o funcionamento dos órgãos comunitários diz ter passado a acreditar mais na Europa - Mário Soares considerou que a União Europeia está num momento crucial em que terá de decidir "se quer ser um satélite favorecido dos Estados Unidos ou uma potência autónoma".

Para Soares, essa "encruzilhada" passa também, segundo o antigo chefe de Estado, pelo próprio alargamento a Leste, com a "necessidade de alterar os seus órgãos internos



para se tornar numa potência social com valores como a paz, a solidariedade e a segurança social".

Isso, salientou, permitiria à Europa "distinguir-se da outra potência, os Estados Unidos, que tem o poder militar".

"O poder económico e tecnológico é hoje quase igual (entre os dois), mas tudo depende de a União Europeia querer falar a uma só voz, como potência, ou de forma diversa".

### Por uma globalização com ética

Mário Soares falava na sessão de lançamento do seu último livro sobre as questões da globalização e da sua experiência na conferência de Porto Alegre em Janeiro, um

fórum que o antigo Chefe de Estado disse não ser contra a globalização, mas por uma globalização com ética.

Assumindo-se como alguém que nunca provou um hambúrguer da McDonald's, Soares considerou que Porto Alegre e Davos "deviam dialogar para conseguir um mundo melhor".

Num mundo em que "o dinheiro se tornou no supremo valor da nova economia" e em que "o império do capital pode vir a pôr em causa, até por motivos criminosos, o equilíbrio dentro dos Estados Unidos", neste mundo em que "o 11 de Setembro mostrou que a globalização é uma criatura que saiu do controlo do criador", Soares defendeu uma nova ética que dê um rumo diferente ao planeta.



O secretário regional da Agricultura e Pescas dos Açores, Ricardo Rodrigues, reconheceu a existência de "sinais de Bruxelas" indicadores de uma eventual liberalização do acesso às águas das ilhas por frota estrangeiras,

sublinhando que uma decisão dessa natureza levaria ao "estrangulamento" das pescas na região.

Para obviar a esse cenário, anunciou a exigência regional de criação nos mares do

### AÇORES

## GOVERNO REGIONAL PROPÕE ZONA RESERVADA AOS PESCADORES LOCAIS

arquipélago de uma zona reservada aos pescadores locais.

O governante, que se reuniu com representantes das associações dos pescadores, alertou para a necessidade de a assembleia legislativa regional se associar à formulação da proposta da região em Bruxelas.

### Preservação das fontes hidrotermais

Entretanto, o Governo Regional anunciou na

terça-feira a preparação de medidas para preservação das fontes hidrotermais (caldeiras vulcânicas subaquáticas) existentes ao largo do arquipélago.

Segundo o Executivo de Carlos César, estas medidas têm como objectivo transformar essas zonas em "santuários" subaquáticos.

As medidas previstas pelo Governo Regional visam também prevenir consequências negativas nos campos hidrotermais do turismo subaquático, com iniciativas anunciadas em algumas agências estrangeiras.





## VILA FRANCA DE XIRA

# PS QUER QUE GOVERNO ASSUMA ANTERIORES COMPROMISSOS

A Concelhia do PS/Vila Franca de Xira exigiu do Governo o respeito dos compromissos assumidos pelo anterior Executivo, mostrando-se disponível para trabalhar em conjunto com os novos responsáveis para o desenvolvimento do concelho.

"Temos esperança que o Governo não esqueça

os compromissos assumidos", disse em conferência de Imprensa Vítor Carola, da Comissão Política Concelhia do PS de Vila Franca de Xira.

Como exemplo Vítor Carola lembrou os compromissos assumidos no âmbito de contratos-programa, protocolos e acordos de

colaboração com o município, através dos quais a Câmara Municipal está a desenvolver um conjunto de obras e investimentos da responsabilidade da administração central, dos quais será ressarcida financeiramente.

"Neste ponto enquadram-se, por exemplo, a construção dos novos centros de saúde de Alverca e Póvoa de Santa Iria e os três novos pavilhões desportivos escolares, entre outros", sublinhou.

Vítor Carola alertou para a necessidade de dar seguimento a um conjunto de processos já em marcha, como o Polis de Vila Franca de Xira, através do qual será reabilitada toda a zona ribeirinha entre esta cidade e vila de Alhandra, e o PROQUAL da zona do Bom Sucesso/Arcena.

A construção do novo hospital de Vila Franca de Xira, cuja conclusão está agora prevista para 2006, é outro dos problemas que o PS quer ver resolvido.

Por outro lado, o PS mostrou-se ainda disponível para trabalhar em conjunto com o Governo na tentativa de resolver outras questões.

"Queremos fazer parte das soluções a encontrar para a construção dos novos acessos à auto-estrada nos Caniços e no Sobralinho, assim como o complemento do nó II de Vila Franca de Xira, para a desclassificação da mesma, como sempre defendemos", referiu Vítor Carola.

A construção dos novos equipamentos escolares previstos na carta escolar e dos novos quartéis da GNR e esquadras da PSP, nomeadamente em Vila Franca de Xira, são outros projectos que o PS gostaria de ver concretizados.

"Mostramos total e inteira disponibilidade para a discussão conjunta de novas propostas estruturais e 'dossiers' que se revistam de particular interesse para o desenvolvimento equilibrado do concelho de Vila Franca de Xira", acrescentou Vítor Carola.

O dirigente da Comissão Política Concelhia do PS de Vila Franca de Xira frisou que os interesses da população devem ser "os objectivos primeiros dos autarcas, deputados e do Governo, independentemente das diferenças políticas que lhes assistem".

## CARLOS LUÍS LAMENTA

# LEI DAS COMUNIDADES NOVAMENTE ADIADA



O deputado socialista pelo círculo da Europa, Carlos Luís, lamentou na semana passada que a apreciação do projecto do PS de revisão da lei que criou o Conselho das Comunidades Portuguesas (CCP) tenha sido de novo adiada. Carlos Luís adiantou que o projecto deveria ter sido apreciado na reunião da Comissão dos Negócios Estrangeiros e Comunidades, à qual "não compareceu o deputado relator, João Rebelo, do CDS/PP, nem o relatório, apesar da discussão constar do ponto dois da agenda da reunião".

O deputado socialista, primeiro subscritor do projecto, "está profundamente preocupado" com o novo adiamento da apreciação do documento e afirma ter "fortes suspeitas de que se trate de uma manobra dilatória para que a lei não seja aprovada durante a actual legislatura e impedir a realização de eleições para o CCP ainda este ano".

# FERREIRA REELEITO PRESIDENTE DA COMISSÃO DE TRABALHADORES DO PS

Domingos Ferreira foi reeleito presidente da Comissão de Trabalhadores do PS. Às eleições que decorreram na passada segunda-feira concorreu uma única lista que obteve 72 por cento dos votos favoráveis. Num universo de 102 funcionários, votaram 57, sendo que 40 disseram sim à lista, 11 votaram contra, tendo havido quatro votos brancos e dois nulos.

Integram a lista encabeçada pelo Domingos Ferreira, os camaradas Carlos Anjos - vice-presidente -, Damil Mourato, Isabel Graça, Vasco Santos, Madalena Serra e Luís de Carvalho como efectivos, e como suplentes Raúl Silva, Florbela Gonçalves, Pedro Mendes e Ernesto Pires.

"Implementar o novo regulamento de carreiras" é o principal objectivo da nova direcção que para tanto convocou já para o próximo dia 28 de Junho, às 11 horas, um plenário de trabalhadores na sede do Largo do Rato. Segundo Domingos Ferreira, que ontem iniciou o seu terceiro mandato à frente da Comissão de Trabalhadores, "não há problemas nem descontentamento entre os funcionários do PS, já que ao longo dos últimos quatro anos foi feito um esforço pela direcção do partido de actualização de vencimentos e de progressão na carreira". Ferreira sublinhou também a "excelente relação existente entre a direcção do PS e a Comissão de Trabalhadores".

**INICIATIVAS LEGISLATIVAS**

# ALTERNATIVAS SOCIALISTAS NA MESA DO PARLAMENTO

**O PS prometeu aos portugueses uma oposição construtiva e responsável, fazendo acompanhar as suas críticas de soluções alternativas para os problemas dos cidadãos.**

**Neste sentido, a bancada socialista tem vindo a trabalhar num vasto conjunto de iniciativas legislativas com ampla margem de incidência.**

**Nesta edição, o "Acção Socialista" apresenta três diplomas relativos à criminalidade juvenil, aos direitos dos cidadãos deficientes e à iniciativa legislativa popular.**

Os cidadãos entre os 16 e os 21 anos poderão usufruir de um regime penal específico. O projecto do Grupo Parlamentar do Partido Socialista (GP/PS) já deu entrada na Mesa da Assembleia da República e aguarda discussão e votação.

Trata-se de aplicar soluções diferenciadas para os jovens adultos que incorram numa falta penal que, contudo, continuarão a não ter um estatuto jurídico próprio, ou seja, serão sempre penalmente responsáveis.

São duas as ideias fundamentais do diploma apresentado pelo PS ao Parlamento. A primeira consiste em assumir que os cidadãos maiores de 16 anos, sendo considerados imputáveis, estão sujeitos às normas penais e é perante elas que devem responder. A segunda passa por tentar evitar, na medida do possível, a aplicação de penas de prisão a jovens adultos. Pretende-se, pois, evitar os malefícios dos ambientes prisionais, uma vez que a medida visa indivíduos particularmente influenciáveis, e a pena de prisão produz efeitos dessocializantes devastadores.

Neste sentido, o diploma socialista avança com várias formas de concretização. Ao nível da criminalidade geral, o GP/PS advoga a atenuação especial da pena sempre que o tribunal considerar que a idade, no momento da prática do facto, por si ou associada a outras circunstâncias anteriores ou posteriores ao crime ou contemporâneas dele, diminui significativamente a ilicitude, a culpa do agente ou a necessidade da pena.

No que diz respeito à liberdade condicional, os socialistas propõem a baixa dos limiares de cumprimento de pena previstos no Código Penal.

Já ao nível da pequena e da média criminalidade, a iniciativa legislativa do GP/PS vai no sentido da aplicação de penas de substituição

Em primeiro lugar, prevê-se o alargamento do âmbito de aplicação das penas de multa, de



prestação de trabalho a favor da comunidade e de admoestação, bem como prevendo um sistema mais flexível para a conversão da multa não paga.

Em segundo lugar, são criadas três "novas" penas de substituição: a colocação por dias livres em centro de detenção, a colocação em centro de detenção em regime de semi-internato e o internamento em centro de detenção.

Os socialistas defendem que estes centros possam uma configuração arquitectónica que os distinga das prisões, salvaguardados os aspectos relativos a segurança.

Localizados em espaços urbanos e disseminados pelo País, os centros desenvolverão o objectivo de abertura à comunidade, sem o qual, os deputados socialistas consideram que "nenhuma política criminal adquirirá consistência".

O regime penal especial para jovens entre os 16 e 21 anos prevê ainda que, quando aplicada a jovens adultos, a pena de prisão seja, em qualquer caso, executada em estabelecimentos especificamente destinados a jovens ou em secções de estabelecimentos prisionais comuns afectadas a esse fim.

## **Combate à discriminação por deficiência**

A bancada socialista, na especial atenção que devota à camadas populacionais com mais dificuldades, apresentou também ao hemiciclo de São Bento um diploma que previne e proíbe a discriminação de um qualquer cidadão com

base na deficiência.

Considerando que a problemática da inserção social das pessoas portadoras de deficiência se reveste de significativa importância, porquanto nela se jogam os mecanismos de luta contra atitudes discriminatórias e da afirmação da diferença como um dos princípios básicos para a cidadania, o GP/PS empenha-se com esta iniciativa na realização dos direitos sociais básicos.

Procura-se, assim, defender o direito dos portadores de deficiência a uma existência digna e feliz, ao acesso a oportunidades de realização pessoal, a uma vida familiar, mas também de acesso aos mecanismos de mobilidade social.

Apesar da tutela constitucional existente sobre esta a matéria, e do quadro internacional sobre direitos humanos, os deputados do PS consideram "fundamental a adopção de mecanismos legislativos internos cujo incumprimento seja sancionado com coimas adequadas".

Na exposição de motivos do projecto de lei em questão, a bancada socialista aposta claramente no valor da solidariedade propondo a adopção de um quadro legal de combate à discriminação em função da deficiência, à discriminação do que foi aprovado no âmbito da discriminação racial.

Por forma a dissuadir entidades públicas e privadas de condutas discriminatórias no acesso à saúde, habitação, emprego e educação, o diploma socialista prevê um quadro sancionatório equilibrado, que penaliza a violação dos princípios previstos com coima,

graduada entre cinco e dez vezes o valor do salário mínimo nacional, quando se trate de pessoa singular, a qual será elevada substancialmente (20 e 30 vezes o valor mais levado do salário mínimo nacional) quando praticadas por entidades colectivas.

## **Iniciativa legislativa popular**

Entretanto, o GP/PS propôs a consagração institucional do direito de iniciativa legislativa popular, visando aproximar eleitos de eleitores, abrindo deste modo as portas do Parlamento a iniciativas resultantes da criatividade dos cidadãos.

Assim, a agenda da Assembleia da República passa a poder incluir questões que mereçam destaque para um número significativo de portugueses e portuguesas, limitando-se o risco de fechamento institucional e de criação de temas tabu.

A iniciativa legislativa de grupos de cidadãos não visa apenas chamar a atenção para uma situação, criticar actos administrativos, denunciar violações da Constituição ou da lei ou mesmo pedir providências aos poderes públicos.

Os socialistas defendem que ela deverá aventar soluções legais, desenhando os respectivos contornos em condições susceptíveis de persuadir os deputados sobre as vantagens e fundamentos do proposto.

Isto implica que os proponentes redijam em articulado as ideias com que pretendem contribuir para resolver problemas.

O projecto de lei do PS prevê que o exercício do direito em questão possa ter lugar por iniciativa de 0,3 por cento dos inscritos no recenseamento eleitoral. E se é verdade que bastam cinco mil eleitores para fundar um partido, também é certo que este pode não ter expressão pública relevante nem voz parlamentar, mas a iniciativa popular dá voz garantida.

O diploma propõe igualmente que a iniciativa popular de leis recaia sobre matérias da área de reserva relativa da Assembleia da República. Não são abrangidas as matérias sobre as quais não podem também incidir referendos, bem como as que devam ser reguladas por lei constitucional, lei de valor reforçado ou resolução.

Aos proponentes, os deputados socialistas estabelecem que sejam dadas garantias de intervenção e votação em tempo certo de tudo o que propuseram. Mas acautelou-se que não haja agendamento mecânico, ou seja, o presidente da Assembleia da República deverá garantir o bom cumprimento das prioridades e direitos que o Regimento prevê.

Quanto ao procedimento, assegura-se um regime semelhante ao aplicável aos demais projectos de lei, incluindo o cumprimento das regras constitucionais sobre consultas públicas.

**MARY RODRIGUES**

FRANCISCO SOUSA

# DEVER DE LEALDADE

**Cifrões e milhões não devem ser os únicos critérios políticos para a governação de um país, sobretudo para a esquerda democrática que aspira a ser poder.**

**Há todo um trabalho de debate e reflexão que o Partido Socialista deve fazer em torno das políticas públicas e sociais para dar respostas com qualidade e eficácia aos problemas dos portugueses, demarcando-se claramente da direita.**

**É a essa discussão que Francisco Sousa apela e em que promete participar activamente, numa óptica de militante que assume o compromisso de ser leal ao PS sem deixar de ser crítico.**



Ao tornar-se militante, o Francisco abdicou de uma certa "independência confortável". Para trás ficara a possibilidade de exprimir, sem qualquer tipo de reserva, as ideias que as conjunturas lhe inspiravam.

Dois dias depois das eleições legislativas deste ano, o jovem assumiu voluntária e oficialmente a sua vontade de participar numa estrutura organizada de defesa dos princípios do socialismo democrático e que aspira a ser poder, mesmo sabendo que as suas atitudes perante a "coisa pública" passariam a ser balizadas pelas orientações de um partido e que estas orientações poderiam não estar sempre e no seu todo de acordo com o seu modo de sentir.

E porque a simples partilha dos princípios e valores de uma família política não chegava, este novel camarada deu um passo em frente, passando de "independente" a "militante socialista" e assumindo o que descreve como "um dever de lealdade".

Contribuir para a (re)definição político-estratégica do PS é a tarefa na qual Francisco Sousa está apostado, sem, contudo, excluir, uma eventual participação mais executiva no projecto socialista e no desempenho de algum cargo.

Para já, diz, "o importante é reflectir e discutir" o passado, o presente e o futuro. Em jeito de balanço, fala da governação socialista chefiada por António Guterres em termos positivos, embora reconheça ter havido um "excesso de taticismo" e uma "falta de apoio e de defesa das opções tomadas".

A derrota do PS a 17 de Março último atçou-lhe a vontade de "participar mais activamente na defesa e modernização de uma política de esquerda". Agora, com o amanhã como horizonte, Francisco Sousa manifesta-se pronto e disponível para o debate.

Visivelmente interessado nas questões da educação, assuntos sociais e políticas públicas, o Francisco afirma que, a nível local,

a sua militância passa por uma preocupação mais alargada.

Há vários níveis de militância que se definem, segundo este jovem militante, por uma maior ou menor proximidade dos problemas.

"O PS deve voltar a fazer política local", sustenta, realçando que esta é a maneira mais adequada de relacionamento entre o partido e o eleitorado, apresentando "respostas eficazes para problemas concretos".

"Caímos um pouco na tentação de quereremos ser deputados e trabalha-se pouco a política local", observa, defendendo uma maior valorização das concelhias e do debate concelhio enquanto "espaço privilegiado de encontro" para a avaliação e resolução dos problemas.

Apesar de defender uma "política de proximidade ao cidadão", o Francisco está atento às questões de repercussão mais vasta,

manifestando preocupação, a nível europeu, com assuntos como a imigração e a segurança. No contexto nacional, a subida ao poder da direita torna urgente, na opinião de Francisco Sousa, que o PS defina "o que são as políticas públicas de esquerda".

É preciso que, com o próximo programa de governo socialista, os portugueses saibam, claramente, o que é que o PS define como sendo competência do Estado ou não.

"Este debate está por fazer", afirma, referindo-se a um passado recente em que a prática e a necessidade do momento precediam as opções estratégicas.

Francisco Sousa afirma sem reservas rever-se no programa eleitoral que o PS liderado por Eduardo Ferro Rodrigues submeteu a sufrágio, mas ressalva a necessidade de clarificação de algumas opções estratégicas, frisando que "esse é o debate que falta fazer".

"O Partido Socialista deve debater, bem e sem dogmas, o papel do Estado para com base nisso construir uma posição sólida em torno daquilo que pensa", defende Francisco, alertando para "as sucessivas investidas da direita", que tem "arrastado" a esquerda para um debate centrado no economicismo.

"A discussão não deve ser quanto custa a educação, a televisão ou a saúde, como convém à direita", sustenta, colocando a tónica nas questões da qualidade, eficiência, igualdade e justiça social.

Outra das preocupações deste militante prende-se com as "políticas de desprotecção da juventude" implementadas pelo Executivo de Durão Barroso.

"É preciso atender ao facto que as jovens famílias são, hoje em Portugal, as mais sensíveis às dificuldades", mas também "é

preciso não esquecer que há que distinguir entre criar condições para que haja igualdade de oportunidades e criar condições que gerem disformidades", argumenta.

Defensor convicto do Rendimento Mínimo Garantido, o Francisco diz que "na base desta política social deve estar a integração" e não o miserabilismo ou o parasitismo.

A propósito das recentes medidas anti-sociais do Executivo PSD/PP, o jovem afirma que estas são uma evidência de incompetência.

"Quando a atitude que se toma é cortar às cegas, é porque já se desistiu de cortar bem", porque "os bons cortam com critério e os menos bons cortam a torto e a direito".

Segundo Francisco Sousa, o actual Governo está a usufruir de um "estado de graça" porque tem pouco tempo em funções, mas, sobretudo porque o PS fez um "acto de fé" exagerado. As "incompetências" do Executivo de direita devem ser, segundo o militante, activamente denunciadas pelo PS, que deverá procurar o debate nas políticas dirigidas às pessoas.

O Francisco diz que compete, nesta hora, ao Partido Socialista provar que a diferença entre a esquerda e a direita existe.

"Muito embora PS e PSD aceitem o liberalismo, é preciso tornar mais evidente que há uma diferença fundamental entre aceitar uma economia de mercado e aceitar uma sociedade de mercado", explica, concluindo que os argumentos economicistas baseados no critério único do dinheiro, devem ser filtrados pelo discurso da esquerda.

Francisco Sousa está expectante quanto ao próximo congresso socialista e reitera a importância de um "amplo, aprofundado e sério debate estatutário".

MARY RODRIGUES

## PERFIL

Nome  
**Francisco Abílio Vieira e Sousa**  
Idade  
**28 anos**  
Habilitações  
**Licenciado em Química Aplicada**  
Hobbies  
**Passar, jogar à bola, ler e viajar**  
Militância  
**Inscrição no PS a 19 de Março de 2002**  
Referências  
**Mário Soares, António Guterres, Paulo Pedrosa e José Sócrates**



BAIXO-ALENTEJO

# SAMPAIO NA TERRA DE OPORTUNIDADES

**Na "Presidência Aberta" realizada no Baixo-Alentejo, em que foi patente a forma entusiástica como foi recebido pelas populações dos 14 concelhos que visitou, Jorge Sampaio reclamou medidas de discriminação positiva para a região, que chamou de "terra de oportunidades", e pediu aos alentejanos para se unirem e serem mais reivindicativos. Ao longo da semana, o Presidente da República chamou a atenção dos portugueses para as potencialidades que a região oferece a todos os níveis, particularmente após a conclusão da barragem do Alqueva.**

Em Odemira, concelho onde terminou a visita de seis dias ao distrito de Beja, Jorge Sampaio, antes de ter participado num almoço com a população oferecido pela autarquia local, encontrou-se com criadores de gado e horticultores do Sudoeste Alentejano, que manifestaram a sua preocupação com a escassez

de mão-de-obra local, tendo como pano de fundo a questão da imigração clandestina.

Antes, o Presidente da República tinha estado em Ourique onde foi recebido por várias centenas de pessoas. Confessando-se "um velho amigo do Alentejo", relembrou as cheias de 1997 e as marcas que deixaram no concelho. "Quando apareci por cá na hora difícil que muitos viveram, nas cheias de 1997, foi para transmitir uma palavra de solidariedade num momento de desespero", disse Jorge Sampaio. O apoio dado por Sampaio após a intempérie de 1997, que afectou de forma mais intensa as freguesias de Garvão e Funcheira, também não foi esquecido pela população que recebeu em ambiente festivo o chefe de Estado.

No sábado, em Cuba, Sampaio escolheu a praça principal da vila para dizer aos alentejanos que um dos principais objectivos da sua "Presidência Aberta" é romper com o ciclo vicioso que se criou quanto ao desenvolvimento da região.

"Eu estou farto do ciclo vicioso que se faz à volta de tudo isto. Não há emprego porque não há empregados, não há empresas porque não há iniciativa, não há incentivos porque não há iniciativa e andamos todos à volta, à volta a ver desertificar esse território", disse.

#### Sampaio quer discriminação positiva

Em Beja, na Pousada de S. Francisco, numa

conferência de imprensa destinada a fazer o balanço da "Presidência Aberta", Sampaio voltou a defender medidas de discriminação positiva para o Baixo Alentejo e criticou a insensibilidade dos poderes político e económico relativamente aos problemas da região.

"Ninguém está isento. A Administração Central, os poderes políticos ou económicos, a opinião pública em geral passaram demasiados anos sem considerar suficientemente a necessidade de uma discriminação positiva para esta região", afirmou.

Depois de uma palavra de agradecimento à forma entusiástica como foi recebido pelas populações em todos os concelhos, o que considerou como "um dos pontos altos" da visita, Jorge Sampaio voltou a insistir que a região precisa de "uma voz política forte e unida em torno do que é essencial para o desenvolvimento".

Voz política que, durante a última semana, não faltou ao distrito de Beja, não só pela defesa do desenvolvimento da região protagonizada pelo Chefe de Estado, mas também porque quase todos os dias de visita ficaram marcados por presenças de membros do Governo.

Os três grandes projectos em curso no Baixo Alentejo, considerados estruturantes para melhorar os indicadores económicos da região, que foram "piorando" ao longo dos anos,

foram, mais uma vez, referidos pelo Presidente. "A barragem de Alqueva, com muitos anos de atraso, finalmente está levantada", sublinhou Sampaio, garantindo que essa foi apenas a primeira meta de um projecto central para o Alentejo: "Falta agora o que é decisivo e mais significativo, que é estender todo o sistema de irrigação que vai permitir uma inovadora Agricultura".

A mensagem de Sampaio não se ficou apenas pelas críticas ao Poder Central e foi igualmente dirigida à falta de iniciativa local para alterar o rumo de fraco desenvolvimento.

Inovação, modernização e iniciativa agrícola foi o pedido que Sampaio deixou aos agricultores durante toda a visita, assegurando-lhes que "não há mais tempo para lamúrias" e que é necessário enfrentar a concorrência.

"Não há papões na União Europeia", disse, na Vidigueira, quando falava com olivicultores e vitivinicultores.

O papel do porto de Sines, onde está a ser construído um terminal de contentores para navios de grande porte, e o aeroporto de Beja mereceram igualmente "chamadas de atenção" ao longo dos últimos dias da sua estada no Baixo-Alentejo.

"Não podia ignorar-se por mais tempo a evidência da localização no Baixo Alentejo de uma estrutura como a Base Aérea de Beja que é um equipamento que, com as suas pistas,



vale, talvez, quase mil milhões de euros (200 milhões de contos) e que, por apenas 1 ou 2 por cento desse valor, pode ser colocada ao serviço da região e do País”, disse Jorge Sampaio.

O compromisso de utilização civil da infraestrutura militar, projecto já lançado pelo anterior executivo, recorde-se, foi quinta-feira assumido pelo primeiro-ministro, Durão Barroso, após o almoço semanal de trabalho com o Presidente da República, realizado em Beja.

“Se um dos objectivos desta minha presença era, sem dúvida, reforçar a esperança destas populações, essa declaração do primeiro-ministro foi um importante contributo”, sublinhou Sampaio.

A melhoria e criação de novas acessibilidades, rodoviárias e ferroviárias, a formação de recursos humanos mais qualificados, uma maior iniciativa dos empresários e medidas governamentais para o desenvolvimento de outras áreas na região, à margem dos projectos estruturantes foram outras das mensagens deixadas em Beja pelo Presidente. “Eu acredito que o Baixo-Alentejo é hoje uma terra de oportunidades. Assim haja inovação, rapidez na decisão, incentivos para o desenvolvimento, espírito empresarial, educação de exigência e qualidade”, sublinhou, defendendo maior coesão

nacional.

A necessidade de descentralização das decisões, do Poder Central para o Local, foi também uma área em que Jorge Sampaio não se cansou de insistir.

“As respostas tardam e isso não pode ser.

Quando se está a lutar contra um desenvolvimento muito atrasado, tem de se ser rápido, arriscar e a administração tem de responder”, afirmou.

Segundo Sampaio, a situação do centro de Saúde de Aljustrel, cuja população aguarda

há anos a melhoria das instalações ou construção de um novo equipamento, “ilustra a incapacidade tantas vezes demonstrada da administração Central de responder, com agilidade e rapidez, às necessidades do desenvolvimento”.

Relativamente à descentralização, o Presidente da República defendeu que a “cultura” de proximidade às populações deve também ser fomentada pelos próprios autarcas, quando se deslocou a Mértola, aconselhando visitas periódicas às freguesias.

#### **Fazer pressão pelo Alentejo**

Com uma visita que abordou desde a agricultura, projectos estruturantes, património cultural e poder local a produtos de excelência, Jorge Sampaio justificou também, depois de questionado pelos jornalistas, o facto de não ter abordado o “outro lado” do Baixo Alentejo, de maior pobreza.

“O Presidente não veio cá para glosar a sinfonia da tragédia. A minha missão é levar as pessoas e os projectos para a frente e fazer pressão junto dos poderes de decisão”, disse, acrescentando que, para “lamúrias e desespero”, já bastam “os cânticos alentejanos”, que classificou como “notáveis do ponto de vista da dignidade”.

## **SAMPAIO DIXIT**

“É preciso que haja uma alma de agitação democrática no melhor sentido, para que as coisas possam avançar”

“Eu acredito que o Baixo-Alentejo é, hoje, uma terra de oportunidades”

“Não conseguimos modificar o clima, mas conseguimos dominar os instrumentos de desenvolvimento, se tivermos ideias, projectos, capacidade e abnegação”

“O que eu vivamente recomendo é que tenhamos toda a capacidade de perceber tradições. De combinar a lei com as tradições. É possível fazer isso”

“A região precisa de uma voz política forte e unida em torno do que é essencial para o desenvolvimento”

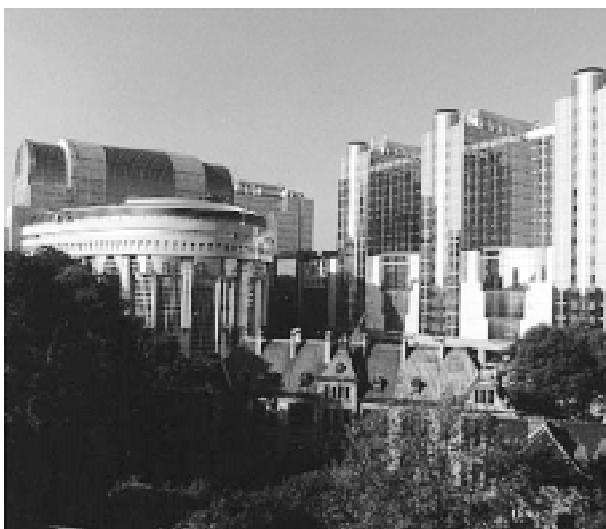
**SEMINÁRIO SOBRE O FUTURO DA UNIÃO**

# SOCIALISTAS CRITICAM DESVALORIZAÇÃO DA CONVENÇÃO EUROPEIA

"Desvalorizar os trabalhos da Convenção sobre o futuro da Europa é um erro clamoroso cometido pelo ministro dos Negócios Estrangeiros português", afirmou Luís Marinho durante um seminário organizado pela delegação socialista portuguesa no Parlamento Europeu, em Bruxelas, para jornalistas da imprensa regional.

O eurodeputado que é membro da Convenção para o futuro da Europa em representação do PE, referia-se às declarações feitas por Martins da Cruz na Assembleia da República no decurso de uma reunião da Comissão dos Negócios Estrangeiros e Assuntos Europeus, que afirmou preferir um texto pré-constitucional que os governos possam depois alterar a seu bel-prazer, a um documento com largo consenso que seja irrecusável pela CIG.

"É que - afirma Luís Marinho - fazer um ataque daquele tipo é sair do terreno mais favorável para Portugal. O ministro está a ver mal, porque a Convenção é aliada dos pequenos países". Segundo o eurodeputado, "a Europa deve continuar a ser como tem sido até hoje, isto é, deve continuar a igualdade entre os Estados-membro, na medida em que os mais pequenos têm uma representatividade que não teriam se



os critérios fossem apenas os da proporcionalidade".

Além das características constitucionais que o texto final da Convenção deverá consagrar, o documento servirá também como garantia de estabilidade democrática no processo de construção europeia, que será assim uma referência incontornável para os países do Leste e Sul da Europa que, em princípio, dentro de dois anos começarão a aderir à União Europeia.

É neste contexto que as questões levantadas pela Convenção relativas aos objectivos da construção europeia, distribuição de competência entre os Estados nacionais e as instâncias comunitárias, e deveres e direitos dos cidadãos ganham o seu maior alcance.

Com o objectivo de divulgar os temas em discussão na Convenção, a delegação socialista portuguesa no Parlamento Europeu organizou um seminário com a participação de diversos eurodeputados, que abordaram temas como o futuro da política agrícola, a liberdade de circulação, asilo e emigração, alargamento e fundos estruturais e as políticas económicas da União Europeia.

**PAULO PISCO**

**ANTÓNIO CAMPOS PROMOVE**

## PRODUTOS REGIONAIS DA BEIRA EM BRUXELAS

Vinhos, queijos, azeites, mel e doçarias da região Centro, foram promovidos no Parlamento Europeu, em Bruxelas, por iniciativa do eurodeputado António Campos.

Esta actividade, que se insere numa outra de maior alcance que visa promover a solidez económica dos produtores da região centro e a melhoria qualitativa das respectivas riquezas

gastronómicas, procura, desta forma, uma projecção internacional que permita o aproveitamento das vantagens do mercado único europeu onde aqueles produtos têm inegáveis vantagens comparativas.

Foi neste contexto que se promoveu uma discussão com cerca de três dezenas de convidados, entre os quais se contavam os



dirigentes das cooperativas vitivinícolas da Bairrada, Dão, Beira Interior e associações de produtores de queijos de Castelo Branco, Serra da Estrela e do Rabaçal. E ainda produtores de azeite, mel e doçarias regionais. Esteve também presente o presidente da CCR do Centro, Vasco Ribeiro.

"O encontro tem como principal objectivo juntar os parceiros que fazem parte deste projecto e criar neles apetência para entrarem no mercado internacional, através da criação de pequenas lojas que vendam apenas os produtos de qualidade da região", afirma António Campos. O projecto, que envolve cerca de 70 por cento das marcas comercializadas na região, tem sido dinamizado pelo Instituto para o Desenvolvimento Agrário da Região Centro e é financiado a 70 por cento com verbas comunitárias.

## O PS CONTA CONSIGO Campanha Nacional de Angariação de Fundos

**O SEU CONTRIBUTO PODERÁ SER EFECTUADO PARA AS SEGUINTESS CONTAS:**

**Nova Rede** - Conta nº 00237931010 - NIB 003300000023793101005

**CGD** - Conta nº 0121001364130 - NIB 003501210000136413097

**BES** - Conta nº 023654960002 - NIB 000700230065496000278





## CIMEIRA DE SEVILHA

# IMIGRAÇÃO CLANDESTINA CENTRA ATENÇÕES

Os ministros do Interior da União Europeia, primeiro, e os dos Negócios Estrangeiros, depois, não conseguiram chegar a um entendimento em relação a nenhum dos grandes temas previstos para o Conselho Europeu de Sevilha, a realizar nos próximos dias 21 e 22, que será dominado pelo controlo dos fluxos migratórios clandestinos de países terceiros para o espaço comunitário.

Além da imigração, outros temas "grandes" que estão sobre a mesa são a reforma dos Conselhos Europeus e a substituição das presidências rotativas da União, temas que se podem associar directamente aos trabalhos da Convenção sobre o Futuro da Europa. A decisão sobre a atribuição de ajudas directas aos países do alargamento era de tal forma inoportuna, que a Alemanha conseguiu que ela fosse transferida para a próxima presidência da União, isto é, para depois das eleições legislativas alemãs, que se realizam em Setembro.

Para o presidente da delegação socialista portuguesa no Parlamento Europeu, Carlos Lage, uma das grandes questões é saber se o Conselho Europeu vai ou não resistir à tentação de controlar e condicionar os trabalhos da Convenção. "As propostas para a criação de um presidente da União Europeia é já uma tentativa de impor à Convenção um determinado modelo", afirma o eurodeputado socialista. "A Convenção - acrescenta - deve fazer o seu trabalho com total independência e autonomia, embora não acredite que os chefes de Estado e de Governo deixem de exercer a sua influência." Quanto à reforma do Conselho Europeu, afirma que é bem-vindo "tudo quanto o liberte das questões burocráticas e de natureza mais sectorial, para se poder centrar nas grandes questões europeias".

Relativamente àquele que tem sido o tema mais mediatizado, a imigração, considera que os governos não devem atrasar mais a adopção das directivas do comissário António Vitorino, que dão resposta à imigração clandestina, às questões de asilo e da criminalidade. "A penalização dos países que não se empenhem no combate aos clandestinos, como alguns Estados-membros propõem, seria uma fuga para a frente que daria da União Europeia uma imagem negativa e antipática", afirma. É neste sentido que vão também as posições da França e da Suécia, que defendem firmemente ajudas para tornar mais eficaz o controlo da imigração, considerando que a penalização dos países mais pobres pode ter um efeito perverso sobre as suas economias, gerando ainda mais pobreza e fluxos migratórios.

Do outro lado, numa linha dura, estão a Espanha, Itália, Reino Unido, Alemanha e Dinamarca, acentuando assim as diferenças



de posição que serão levadas para Sevilha pelos chefes de Estado e de Governo dos Quinze.

Sobre a mesa estão ainda propostas para obrigar esses países a incluírem como delito o tráfico de seres humanos e a falsificação de documentos e a negociação da readmissão de ilegais de mais países como a Albânia, Turquia, China e Argélia.

A imigração como tema central do Conselho Europeu de Sevilha surge essencialmente como uma reacção à subida dos partidos extremistas na Europa, que têm utilizado a imigração como um dos seus principais cavalos de batalha eleitoral.

De acordo com a Europol, entram anualmente na União Europeia cerca de 500 mil clandestinos, que beneficiam depois da liberdade de circulação que lhes dá o espaço Schengen. Além da parte oriental dos Balcãs, que é a principal porta de entrada, chegam do Leste, por terra, pela Alemanha, via Magrebe em pequenas embarcações, como passageiros clandestinos em navios que fazem escala em portos do Senegal, Libéria, Nigéria ou Costa do Marfim, ou por via aérea. Neste caso, a Europol identificou quatro rotas principais: de Lagos para Zurique, Amsterdão ou Milão; do Zimbábue via Lagos para Londres; de Joanesburgo para Londres; e de Luanda para Lisboa. Com proveniência da América Latina, os aeroportos mais utilizados são os de Madrid ou Lisboa. A Grã-Bretanha é o país mais procurado pelos asiáticos, sobretudo paquistaneses e chineses. Os chineses vêm por Hong Kong, Tailândia ou Singapura, onde arranjam passaportes falsos, em geral de compatriotas que já morreram. Os paquistaneses vêm sobretudo por Istambul, onde existe um dos maiores mercados de passaportes falsos do mundo.

**MICHEL ROCARD AO "ACÇÃO SOCIALISTA"**

# SOCIALISTAS PRECISAM DE RECUPERAR OS VELHOS COMBATES DA ESQUERDA

"Os socialistas precisam de recuperar o velho combate pela dignidade dos homens, pelo reforço da democracia e pelo direito de cada um decidir o seu destino", disse ao "Acção Socialista" o ex-primeiro-ministro Michel Rocard, comentando o resultado das eleições francesas, que deu à direita 392 lugares, 349 dos quais para a União para a Nova Maioria Presidencial, o novo partido de Jacques Chirac. A esquerda passou de 319 deputados para 173 (138 dos quais para o Partido Socialista).

"É preciso uma refundação intelectual, recuperar o sentido da internacionalização original do movimento socialista e traduzi-lo na actual situação de mundialização", afirma Michel Rocard, actualmente deputado ao Parlamento Europeu.

Procurando uma explicação para as razões pelas quais os socialistas perderam as eleições, afirma: "Enquanto todos os franceses vivem no medo da mundialização, o PS evitou situar-se face a esse problema imenso de saber quais os meios que devem ser utilizados para inflectir e dominar esta mundialização."

"Também não foi invocado – afirma – o papel que a União Europeia pode desempenhar nesta batalha. O combate por uma correcção fiscal, salarial e social da pobreza e as suas consequências sobre o desemprego, ficou à margem dos problemas da dignidade dos indivíduos e das suas necessidades de se sentirem reconhecidos, respeitados e de terem um pouco mais de influência no seu destino".



Para Michel Rocard, "o voto socialista foi defensivo ou protector, mas não foi portador de uma visão ou de esperança". No entanto, "o Partido Socialista consolidou-se como sendo, de longe, a principal força política e, nessa perspectiva, não sai enfraquecido. Está-o, sim, na medida em que se verificou o desmoronar de todos os seus parceiros, o que debilita a

esquerda no seu conjunto". Para o secretário-geral do PS francês, François Hollande, a "esquerda teve uma derrota honrosa" e vai agora "preparar condições para uma nova alternativa".

Com o Partido Socialista na oposição, a direita detém agora todo o poder em França, designadamente a presidência, a Assembleia

Nacional e o Senado. A Frente Nacional do extremista Le Pen não elegeu nenhum deputado.

## Soares apela "às políticas de esquerda"

Embora sem pretender associar directamente a sua intervenção com o resultado das eleições francesas, o eurodeputado Mário Soares considerou, no Porto, que os partidos socialistas democráticos têm sido "varridos de muitos países europeus por não terem sabido ser suficientemente de esquerda". "Têm – afirma – de fazer políticas de esquerda, senão serão varridos de vez para o museu da política." Para o ex-Presidente da República, os socialistas estiveram no poder em 11 dos 15 países da União "em anos que foram uma verdadeira ocasião perdida para avançar com a construção europeia", não considerando, no entanto, que estas viragens à direita possam constituir um empecilho a esse processo.

"A União Europeia está num momento crucial em que terá de decidir se quer ser um satélite favorecido dos Estados Unidos ou uma potência autónoma", considerou. Esta encruzilhada passa também – sublinha – pelo alargamento a Leste, "com a necessidade de alterar os seus órgãos comunitários para se tornar uma potência social com valores como a paz, a solidariedade e a segurança social", o que permitirá à Europa "distinguir-se da outra potência, os Estados Unidos, que tem o poder militar".

**MANUEL DOS SANTOS SALIENTA**

# EFICÁCIA FISCAL BASTARIA PARA CUMPRIR PACTO DE ESTABILIDADE

Bastaria recuperar cerca de um terço dos cerca de 25 por cento do potencial de receitas fiscais que se perdem em Portugal para que não existisse qualquer problema no cumprimento do Pacto de Estabilidade e Crescimento e, nomeadamente, no equilíbrio das finanças públicas em 2004, disse o eurodeputado socialista Manuel dos Santos, no plenário de Estrasburgo.

Discursando no debate do relatório sobre a continuidade do programa Fiscalis por mais cinco anos, o eurodeputado sublinhou que compete a cada país desenvolver as medidas adequadas para eliminar a fuga de impostos, mas uma parte desse estímulo deve partir também das políticas da União Europeia.

É que – afirma – a evasão e a fraude fiscais têm igualmente uma dimensão supranacional e,



para a combater, não basta harmonizar comportamentos técnicos ou homogeneizar procedimentos administrativos; é

imprescindível caminhar decididamente ao encontro da própria harmonização legislativa. "Neste quadro, todas as medidas de natureza

comunitária que sejam tomadas a favor deste esforço e nomeadamente a continuação do programa Fiscalis actualizado e reforçado no quadro das propostas apresentadas pelo Parlamento Europeu – também aplicadas aos países candidatos – são correctas, bem-vindas e apoiáveis", considerou.

O programa Fiscalis tem como objectivo promover a cooperação e o intercâmbio entre funcionários que trabalham na área fiscal das administrações dos Estados-membros, nomeadamente no sentido de melhorar o funcionamento dos sistemas de tributações do mercado interno. As suas principais actividades são constituídas por seminários, acções de formação, controlos multilaterais e o desenvolvimento e coordenação de sistemas de comunicação e de troca de informações.



**Perguntamo-nos qual será a posição do ministro Sarmento quando os sindicatos não assinarem um acordo de concertação social (acabar com os sindicatos?) ou quando os portugueses forem um dia a votos e mandarem o PSD para a oposição (acabar com os votos?).**

## O GOVERNO FORA-DA-LEI

Há dois processos políticos que são paradigmáticos da total ausência de sentido ético e da falta de jeito do actual Governo. São dois episódios que demonstram o quanto Durão Barroso e os seus ministros têm uma dificuldade congénita em governar segundo as regras e de exercer o poder no respeito pelos princípios e pelas instituições democráticas.

O primeiro é o da reestruturação da RTP, sobre o qual já muito se disse acerca do modo trapalhão e politicamente incompetente como o Governo vem conduzindo o processo. Só o revisitamos hoje para manifestar a nossa incredulidade com as recentes declarações do ministro Morais Sarmento pondo em causa a existência do Tribunal Constitucional. Percebe-se a lógica: o Conselho de Opinião, no exercício de poderes que lhe são atribuídos por lei, veta a administração proposta pelo Governo e a solução está em mudar a lei. O Tribunal Constitucional, no exercício de poderes que lhe são legal e constitucionalmente cometidos, considera que essa mudança atenta contra a Constituição e o ministro Sarmento deixa patente a sua vontade em fazer desaparecer o próprio Tribunal Constitucional. Perguntamo-nos qual será a posição do ministro Sarmento quando os sindicatos não assinarem um acordo de concertação social (acabar com os sindicatos?) ou quando os portugueses forem um dia a votos e mandarem o PSD para a oposição (acabar com os votos?).

Mas, para além deste *fait-divers* a fazer lembrar o totalitarismo mais demencial, do que agora queremos falar tem que ver com o caso do favorecimento fiscal que o Governo concedeu ao Benfica e cujos contornos têm sido hábil e eficazmente confundidos e mistificados pela ministra das Finanças, pela Comunicação Social - nuns casos propositadamente, noutros por manifesta impreparação nas matérias abordadas - e por alguns analistas comprometidos. E os factos e as mistificações, que surpreendentemente têm passado em claro, são os seguintes:

Através do seu advogado, actual secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, a Benfica SAD liquidada junto do Fisco uma parte dos seus débitos fiscais em atraso, ao mesmo tempo que reclama da parte da dívida resultante de juros de mora entretanto vencidos. Como nos termos da lei, a execução fiscal da dívida de juros só se suspende se for apresentada garantia que assegure que, no caso de indeferimento da reclamação, o pagamento seja imediatamente efectuado, o Benfica requereu que tal garantia pudesse ser prestada através da entrega de um lote de acções da SAD. O Governo PS não chegou a tomar posição sobre o requerimento da SAD porque estava em gestão, pelo que o mesmo ficou pendente para decisão do novo executivo; Em paralelo, a direcção da Benfica SAD apareceu num jantar de campanha de Durão Barroso apoiando o PSD a título institucional, tendo na ocasião o presidente Vilarinho justificado tal apoio com o facto "destes senhores terem ajudado o Benfica a resolver um problema grave". O candidato a primeiro-ministro, Durão Barroso, perante a suspeita mais do que fundada de que entre o potencial Governo e o Benfica teria sido combinada uma "troca de favores", declara veementemente que não houve qualquer acordo ou qualquer promessa ao referido clube relativamente à sua situação fiscal. Mais, o primeiro-ministro já eleito, após consultar a ministra das Finanças, desmente na Assembleia da República que o Governo tivesse aceite como garantia da dívida fiscal do Benfica acções da sua SAD, bem como que tivesse havido qualquer acordo nesse sentido, acusando o governo PS de ter feito esse acordo e prometendo enviar a todas as bancadas parlamentares cópias de documentação que o provassem (o que nunca veio a suceder).

Ora, sabe-se hoje que a ministra das Finanças, escassos quatro dias depois de ter tomado posse, profere um despacho - porventura o primeiro do seu mandato - através do qual considera as acções da Benfica SAD idóneas para garantir o pagamento da dívida de juros atrás referida (a mentira, só por si, levaria à demissão imediata da ministra em muitos países da Europa). Sucede que as acções não são idóneas para garantir a dívida (o que é público e notório porque não estão cotadas em bolsa, nem têm qualquer valor de mercado, antes pelo contrário), ou seja, é evidente que dar como garantia acções que têm um valor abaixo de zero ou não dar nada é exactamente a mesma coisa. A consequência directa deste despacho é a de suste imediatamente a execução fiscal sobre o Benfica e permitir a este inscrever jogadores sem liquidar ou garantir a dívida, no que constitui uma clara situação de privilégio relativamente aos outros clubes da I Liga.

Em conclusão, perante os factos referidos, e uma vez que a ministra das Finanças aceitou, de forma absolutamente inédita, que o processo de execução fiscal contra um clube de futebol fosse suspenso sem que o Benfica tivesse que prestar qualquer verdadeira garantia (designadamente bancária, com os custos que este tipo de garantias envolvem para quem as tem que adquirir à banca), são legítimas as suspeitas de que essa benesse fiscal tem na sua base um acordo ou uma promessa assumidos por Durão Barroso em troca do apoio institucional do Benfica na recente campanha eleitoral. O procedimento e as respectivas motivações não foram nem claros, nem transparentes - com afirmações contraditórias e não verdadeiras ao longo de todo o processo - estando pois posta em causa a seriedade, o rigor e a isenção do novo Governo, em particular do primeiro-ministro e da ministra das Finanças. E isto apesar da senhora ministra achar que uma pose indignada e uns quantos berros substituem os esclarecimentos que tem a obrigação de dar ao País.

Vejamos agora algumas das mistificações que têm sido avançadas:

Uma primeira, a de que não houve decisão de aceitação das acções por parte da ministra das Finanças, e que o despacho proferido pela ministra apenas vinha considerar idóneas para garantia da dívida acções previamente aceites. Isto não é mais do que uma vergonhosa subtilidade avançada com o intuito de encobrir aquilo que para quem esteja atento é evidente. E é evidente que não há duas decisões, uma de aceitar as acções como garantia, outra de as considerar idóneas para garantir, mas sim apenas uma, que é politicamente relevante: o despacho da ministra que determina a idoneidade das acções para garantir a dívida. Só a partir desse momento é que as acções podem ser aceites pela repartição de finanças competente e não o inverso. Que utilidade teria um despacho que considerasse a idoneidade das acções para garantir a dívida se elas já tivessem sido aceites? Considerar as acções idóneas é aceitá-las como garantia e ponto final!

Segunda mistificação, a de que o PS tem culpas no cartório porque já havia aceite acções de cinco empresas para pagamento das respectivas dívidas fiscais. O PSD tenta desculpar o seu mal com o mal dos outros. Acontece que são situações diferentes, que nalguns casos têm inclusivamente enquadramentos legais diferentes. O Governo PS terá aceite acções para pagamento de dívidas fiscais de empresas em situação económica difícil ou no âmbito de processos de recuperação ou reestruturação ao abrigo da lei que consagra o Plano Mateus. A lógica do legislador e do então Governo terá sido a de que se não se aceitassem essas acções as empresas em causa, potencialmente viáveis, podariam falir no imediato, atirando para o desemprego muitos trabalhadores. Nada disto sucede com o caso Benfica. Neste caso o objectivo subjacente à decisão não foi o de salvaguardar a viabilidade económica de empresas em situação difícil, nem a situação de muitos trabalhadores e das suas famílias. O que aparentemente esteve em causa foi servir o interesse eleitoral do PSD usando como moeda de troca poderes públicos conferidos ao Governo para prosseguir em exclusivo o interesse público. E isto através de uma medida que introduz factores distorceedores das condições em que desportivamente se disputa a primeira liga de futebol e que é conivente com um sistema em que os clubes persistem e viver acima das suas posses. Em suma, a todos os títulos lamentável.

PS- No domingo passado morreu o meu avô, Augusto Bobela Mota, militante do PS como houve poucos, e que, entre outros cargos no partido, foi muitos anos coordenador da Secção de Benfica e S. Domingos. Sempre foi, e será sempre, a minha referência de honestidade, verticalidade e desapego na política e na vida. Para além disso foi um grande avô.



MARK KIRKBY

# DEMOCRACIA NA EUROPA



**PAULO CASACA**

China ao mundo árabe passando por Cuba, a queda do muro de Berlim, dos ditadores latino-americanos e de vários regimes autoritários na Ásia deu um poderoso impulso à democracia no mundo. Mesmo a Ocidente, estamos naturalmente longe do "fim da História", e confrontamo-nos com numerosos impedimentos legais ou de facto ao exercício democrático do voto, que vão da restrição de direitos às minorias russófonas nas repúblicas do Báltico às limitações do estatuto de igualdade do cidadão eleitor na grande democracia americana, que ficaram bem patentes no fiasco eleitoral da Florida.

## 2. O défice democrático europeu

Fiel à sua acertada e fecunda tradição de avanço por pequenos passos, a União Europeia foi democratizando a sua construção ao longo do seu meio século de existência, dando ao Parlamento Europeu o poder de recusar a nomeação da Comissão Europeia feita pelos Estados-membros e maiores poderes de controlo sobre ela depois de nomeada, que demonstraram a sua operacionalidade com a demissão da Comissão Santer.

Estamos agora perante uma Convenção sobre o futuro da Europa, e da qual se assume que deverá sair uma Constituição europeia, discutindo-se avanços substanciais da construção e dos poderes europeus em novas áreas.

## 1. As conquistas democráticas

O século XX foi um século de luta e consagração do direito de voto. Foi só no século XX que os trabalhadores ingleses viram afastados todos os requisitos censitários e de nível instrução para que lhes fosse atribuído o estatuto de eleitores. Foi também no século XX que as mulheres, um pouco por todo o mundo, lutaram e conseguiram o direito de voto em igualdade de circunstâncias com o homem.

Foi em 1965, com a aprovação do "Voting Rights Act" nos EUA que foram afastados a maior parte dos obstáculos legais com que se impedia a participação eleitoral dos afro-americanos, e foi no final do século que caiu o "apartheid" na África do Sul.

Pese embora a sobrevivência de regimes totalitários em numerosas partes do globo, da

Estamos agora perante uma Convenção sobre o futuro da Europa, e da qual se assume que deverá sair uma Constituição europeia, discutindo-se avanços substanciais da construção e dos poderes europeus em novas áreas.

Surpreendentemente, constata-se o esquecimento de um ponto, que é condição prévia de qualquer desenvolvimento na arquitectura de competências e de poderes europeus: a legitimação democrática do Governo europeu.

## 3. A legitimidade indirecta

A Comissão Europeia é nomeada por chefes de Governo, e estes chefes de Governo foram legitimados democraticamente por parlamentos, e estes são por sua vez legitimados democraticamente pelo povo, pelo que se sustentou até hoje que a escolha da Comissão Europeia por esses chefes de Governo é plenamente democrática.

Seria um pouco como se disséssemos que a nomeação do primeiro-ministro pela Associação de Municípios poderia substituir o nosso actual sistema de designação do Governo em função da composição política da Assembleia da República com o argumento de que os presidentes da Câmara são eleitos democraticamente, e portanto, quem for nomeado por eles tem também legitimidade democrática.

Em última análise, poderíamos mesmo inverter o raciocínio, e deduzir que se os presidentes dos municípios - e porque não das regiões autónomas - passassem a ser nomeados pelo Governo, o seu poder seria democrático na medida em que os governos que os nomeiam forem democráticos.

Sem legitimidade indirecta não é possível o funcionamento de um sistema democrático moderno, mas esse carácter indirecto tem limites, que é necessário definir.

Na medida em que a Comissão Europeia é cada vez menos um corpo de funcionários encarregados de gerir tecnicamente directivas tomadas pelo poder político intergovernamental ou parlamentar, e é cada vez mais um Governo europeu dotado de grande poder executivo, e que se propõe de resto ver esse poder muito reforçado no quadro da actual Convenção, o carácter directo da sua legitimidade tem necessariamente de ser reforçado, e esse reforço não pode ser obtido de outra forma que pela sua submissão ao sufrágio universal, mesmo que mediada por um Parlamento, como em qualquer democracia parlamentar.

Baron Crespo, presidente do Grupo Parlamentar do PSE, observou nas jornadas de reflexão da delegação socialista portuguesa no Parlamento Europeu realizadas em Bruges que há por parte da Comissão Europeia uma lógica de direito divino que lhe dá a noção de que o seu poder e legitimidade não dependem de coisas tão mundanas e terrenas como os votos dos cidadãos.

Parece-me chegado o momento de dizer que são os princípios do Direito democrático que têm que prevalecer. É esse o ponto de vista do grupo Spinelli - grupo que reúne deputados socialistas europeus de várias nacionalidades, fundado entre outros por António José Seguro - que marcou para o próximo dia 9 de Julho o início de um processo de reflexão sobre a Convenção e a legitimidade democrática na Europa.

# O PS E OS IMIGRANTES

**FRANCISCO ALEGRE DUARTE**  
DIPLOMATA E MILITANTE SOCIALISTA

*"Ao PS não basta bater no peito e dizer que é de esquerda - é necessário apresentar propostas concretas"*

**FERRO RODRIGUES**

A integração dos imigrantes na sociedade portuguesa é um debate inadiável, que o PS, como grande partido da Esquerda republicana, deve liderar.

Num momento em que sopra na Europa ventos de direita, e em que se tornou palpável, nalguns países, a ameaça do ressurgimento dos velhos fantasmas da xenofobia e do racismo (mesmo que tal já não aconteça nos moldes clássicos, como se viu com o exemplo de Pim Fortuyn - um homossexual assumido e declaradamente anti-islâmico), é urgente reflectir sobre uma nova abordagem, fiel aos princípios da Esquerda, para a questão da imigração, que alguns - aqueles que se movem facilmente na exploração demagógica da intolerância e do medo - insistem em associar permanentemente à questão da insegurança.

Centenas de milhares vivem e trabalham actualmente em Portugal: são mulheres e homens que constituem uma parte significativa da nossa população activa, e que fazem em Portugal o mesmo que os nossos compatriotas emigrantes portugueses nos países que os acolhem - criam riqueza e contribuem para o desenvolvimento.

Certamente que nem todos serão pessoas exemplares. Alguns praticam crimes, e esses devem prestar contas perante a justiça. A lei é geral e abstracta, aplica-se a todos em território português, sem excepções. Porém, não podemos confundir a necessária afirmação da autoridade do Estado com a mera lógica securitária.

O PS não pode deixar-se cair nesta armadilha, porque esse é o campo favorito da direita pura e dura.

A grande maioria dos imigrantes não veio para Portugal com o propósito de praticar crimes ou de ocupar os postos de trabalho dos portugueses. Os imigrantes vieram porque eram necessários, porque havia falta de mão-de-obra, ou simplesmente porque os portugueses já não estão disponíveis para certo tipo de trabalhos.

**Devemos recusar em absoluto a forma soez como alguns portugueses (veja-se o caso dos empreiteiros sem escrúpulos) nos lembram aspectos da nossa pior tradição negra.**

O contributo do trabalho destas pessoas é extremamente válido e, à semelhança do que aconteceu com muitos emigrantes portugueses, é da mais elementar justiça reconhecer-lhe a legítima expectativa sobre o direito à cidadania no país que os acolhe.

Com que cara, com que moral poderemos nós defender os direitos dos nossos emigrantes - em França, na Alemanha, nos EUA ou no Canadá - se nos recusarmos ou "esquecermos" (o que é uma hipocrisia mais fácil mas de iguais consequências) de proporcionar a estas pessoas condições dignas de acolhimento e integração?

Devemos recusar em absoluto a forma soez como alguns portugueses (veja-se o caso dos empreiteiros sem escrúpulos) nos lembram aspectos da nossa pior tradição negra. Devemos pormo-nos em causa, sobretudo pelo pouco que tem sido feito neste domínio. A construção de uma sociedade que acarinhe e integre as diferenças, num espírito de justiça, tolerância e fraternidade, assim o exige. Se o conseguirmos, o resultado só pode ser o de nos tornarmos mais ricos a todos os níveis. Com efeito, o sucesso na integração dos imigrantes significa, também, o reforço da nossa própria integridade. Passamos a vida a gabarmo-nos da nossa vocação universalista; pois bem, é tempo de traduzirmos na prática esse conceito - cá dentro.

Não quer isto dizer que o PS deva optar pelo discurso facilista e irresponsável do "venha quem vier, será bem-vindo". Naturalmente que não é isso. Portugal é membro da UE, que, neste mundo nascido da globalização, é uma ilha de prosperidade e estabilidade. Para muitos, é a nova Terra Prometida. E Portugal, velho país de emigrantes, tornou-se graças ao 25 de Abril e à integração europeia - um destino apetecido para muitos deserdados de outras latitudes.

Mas uma coisa é o debate sobre o controlo das fronteiras e dos fluxos migratórios - debate este que cada vez mais se situa ao nível da UE -, e outra, à qual devemos dar resposta urgentemente, é a de saber como integrar os que já se encontram entre nós, na maior parte dos casos explorados, em situação de degradação humana e de perigosa exclusão social.

Assim, no quadro da definição de uma política consistente em matéria de integração dos imigrantes, a primeira medida que se impõe é a de dar voz aos imigrantes. Ouvir os imigrantes, falar com os seus representantes, estimular um diálogo profícuo com as suas associações e, finalmente, apelar ao ingresso daqueles que se naturalizem nas fileiras do PS.

A breve trecho, espero que o PS possa apresentar imigrantes naturalizados como militantes e candidatos a deputados. É esse o dever e a responsabilidade de um grande partido da Esquerda moderna, principal defensor dos direitos dos que trabalham, fiel aos seus ideais republicanos e democráticos de sempre.

**O crescimento económico, com os socialistas no poder, foi razoável, tendo em conta as condições objectivas dominantes na Eurolândia; o desemprego cresceu significativamente embora sob a forma de ocupação transitória e temporária que em França é entendida, como um bom indicador da evolução económica e global; o seguro de doença foi generalizado e significativamente melhorado; os parceiros do sistema de saúde chamados a um pacto de estabilidade; as políticas de inserção, nomeadamente as orientadas para os jovens, foram bem sucedidas; a reclamação clássica da esquerda (e dos trabalhadores) pelas 35 horas de trabalho semanal foi finalmente concretizada.**

Conforme era mais ou menos previsto Jacques Chirac e o seu novo partido (UMP) ganharam, folgadoamente, as eleições legislativas francesas. A direita ocupará na nova Assembleia Nacional 399 lugares sobrando para toda a oposição 178 lugares.

Recorde-se que a esquerda, que sustentava a anterior maioria governamental, tinha no anterior parlamento 314 deputados. Na sua crueza, os números não podem ser mais claros quanto à enorme vitória do Chirac e à enorme derrota da esquerda em França.

Dir-se-à que o partido Socialista Francês resistiu razoavelmente (o PSF aumentou, em termos percentuais, a sua votação anterior) e que tal constitui à evidência uma derrota honrosa, só que em França (como em Portugal) o que conta são as vitórias e, no imediato, as derrotas, por mais honrosas que sejam, apenas servem para reflexão e para induzir vontade política de mudança de rumo e alteração de comportamentos.

É isso, aliás, que se espera no PSF que acaba de antecipar para a próxima Primavera o seu Congresso Nacional, que só deveria realizar-se em Outubro de 2003, e encetar, desde já, um complexo e profundo processo de discussão interna visando a reformulação do Partido.

A vitória da direita foi pacientemente construída por Jacques Chirac, ao que parece com inspiração do antigo presidente do Governo Alain Juppé

O principal perigo para Chirac era a segunda volta das presidenciais onde, provavelmente, perderia as eleições para Lionel Jospin.

O objectivo tinha de ser, pois, afastar Jospin do debate definitivo.

O que foi conseguido, por mérito do próprio Chirac, por erros estratégicos de Jospin, pela estupidez da esquerda francesa e, também, claro, por aquela ponta de sorte que acompanha normalmente os audazes (ou atrevidos?) e que permite, tantas vezes, dar o salto entre o zero e o infinito da política.

O socialista Lionel Jospin exerceu as funções de primeiro-ministro com competência e agrado significativos. Durante o seu mandato iniciaram-se ou prosseguiram medidas de política muito significativas para a sociedade francesa, sobretudo na área social.

O crescimento económico, com os socialistas no poder, foi razoável, tendo em conta as condições objectivas dominantes na Eurolândia; o desemprego cresceu significativamente embora sob a forma de ocupação transitória e temporária que em França é entendida, como um bom indicador da evolução económica e global; o seguro de doença foi generalizado e significativamente melhorado; os parceiros do sistema de saúde chamados a um pacto de estabilidade; as políticas de inserção, nomeadamente as orientadas para os jovens, foram bem sucedidas; a reclamação clássica da esquerda (e dos trabalhadores) pelas 35 horas de trabalho semanal foi finalmente concretizada.

Apesar de tudo isto, que é reconhecido pela generalidade dos analistas políticos franceses e sentido por uma significativa parte da sociedade civil, a esquerda (ou seja o PSF ou, se calhar, Lionel Jospin) perdeu as eleições. Sem margem para dúvidas e sem campo para explicações mais rebuscadas.

Os franceses estão aparentemente cansados de eleições e não confiam demasiadamente nos seus políticos e nos seus partidos.

O nível de abstenção recorde de cerca de 40 por cento dos eleitores, sendo certo que a maioria dos abstencionistas é constituída por jovens e por trabalhadores, é preocupante.

É também relevante que pela primeira vez a abstenção tenha subido da primeira para a segunda volta das legislativas; como é preocupante que candidatos como Pierre Moscovici, o símbolo do pró-europeísmo francês, e Michelle Aubry o rosto da política social não tenham conseguido o seu lugar de deputado.

As eleições francesas disputaram-se através de um sistema de eleição uninominal o que, supostamente, aproximaria os eleitores dos eleitos. Apesar disso, a abstenção sem precedentes e os estudos sociológicos, pós-eleitorais que apontam o desinteresse como a causa principal dessa abstenção, desmentem a bondade do sistema.

Nem aproximação eleitores-eleitos, nem representação justa de todas as correntes de opinião francesas - ora aqui está o resultado brilhante de um processo eleitoral tão reclamado e elogiado nesta e noutras paragens.

Que pelo menos esta reflexão se possa fazer urgentemente!

O mistério eleitoral francês deve constituir um novo ponto de partida, para a estratégia eleitoral dos partidos da esquerda europeia, que tem vindo sistematicamente a ser arredada do poder, o que não pode deixar de ter consequências ao nível das políticas supranacionais e, sobretudo, ao nível da construção da Europa do Futuro.

É preciso, humildemente, reconhecer que o cenário de partida para a construção de uma Nova

VISTO DE BRUXELAS

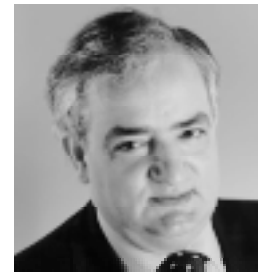
## A MUDANÇA DA EUROPA COMEÇA EM FRANÇA?

Europa (reunificada e mais forte) se alterou substancialmente.

Não há hoje garantias, face aos complexos desafios que importa ultrapassar, que a evolução se faça como inicialmente se previa. Já ouvi referir que a eleição de Chirac e a concentração de poder em volta do Presidente (começa mesmo a falar-se no fim da V República que assentava no equilíbrio de poderes agora ultrapassado) pode ser bom para a Europa. O Presidente Jacques Chirac será (seria) um inequívoco europeísta sem margem para dúvidas ou hesitações; chega mesmo a afirmar-se que Jospin poderia ser menos afirmativo no apoio às questões da Política Europeia que devem ser comunitarizadas.

Temos de esperar para ver, mas não fica mal, desde já, imaginar como pode reagir a pose imperial de Jacques Chirac, à absoluta necessidade de alterar a Política Agrícola Comum (da qual os franceses tanto beneficiam) ou à urgência de consensualizar acordos que mantenham a política de coesão social, como instrumento essencial de progresso (absolutamente essencial para países da dimensão de Portugal) ou ao imperativo de encontrar entendimentos para que a Europa escape à lógica do directório e se mantenha (como é condição única de sobrevivência) uma União de Estados e de Povos assente no princípio da igualdade.

A grande prova está pois para chegar e, só então, veremos verdadeiramente as reais consequências do resultado eleitoral de França. Poderemos nós, em Portugal, reflectir um pouco mais sobre isso e tirar deste processo as verdadeiras lições?



MANUEL DOS SANTOS



# A SEMANA PREVISTA

SEG.  
TER.  
QUA.  
QUI.  
SEX.  
SÁB.  
DOM.

A política de ambiente e a construção europeia são os principais temas dos debates parlamentares de hoje e amanhã na Assembleia da República.

Tem lugar a reunião semanal das terças-feiras do Secretariado Nacional.

A Concelhia de Lisboa prossegue a ronda de reuniões pelas secções para debater a revisão do Estatutos do partido.

O secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, preside à sessão de encerramento do Congresso da JS que este fim-de-semana decorre na Figueira da Foz.

A Federação do Benelux tem agendada para domingo uma reunião da Comissão Política.

No domingo, 23 de Junho, a Federação do Baixo-Alentejo organiza a sua festa tradicional, que vai decorrer na praia fluvial de Odivelas.

Também no domingo, a Secção da Pontinha comemora o seu 28º aniversário com um almoço-convívio.

Os chefes de Estado de Governo dos Quinze reúnem-se em Sevilha para mais um Conselho Europeu que encerra a presidência espanhola da União.

SEG. TER. QUA. QUI. SEX. SÁB. DOM.

## ACÇÃO SOCIALISTA INFORMAÇÕES ÚTEIS

**Secção PS Odemira**  
Largo da Igreja  
7630 Odemira  
Tel: 283322581

**Secção PS Beja**  
Rua Dr. Manuel Arriaga, 42  
7800-178 Beja  
Tel: 284 321598

**Secção PS Borba**  
Rua António Joaquim Guerra, 29  
7150-119 Borba  
Tel: 26890113

**Secção PS Évora**  
Travessa da Alegria, 2  
7000-942 Évora  
Tel: 266702272

**Secção PS Alandroal**  
Apartado 39  
7250-999 Alandroal  
Tel: 268444446



ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA  
Propriedade do Partido Socialista

### FICHA TÉCNICA

Director **António José Seguro**

Director-adjunto **Silvino Gomes da Silva**  
silvinogomes@partido-socialista.pt

Coord. Administrativo e Financeiro **José Manuel Viegas**

Grafismo **Miguel Andrade**

Redacção **J.C. Castelo Branco**  
castelobranco@partido-socialista.pt  
**Mary Rodrigues**  
maryr@partido-socialista.pt  
**Paulo Pisco**

Secretariado **Sandra Anjos**  
sandraanjos@partido-socialista.pt

Paginação electrónica **Francisco Sandoval**  
fsandoval@partido-socialista.pt

Edição electrónica **Joaquim Soares**  
**José Raimundo**  
**Francisco Sandoval**

Internet [www.ps.pt/accao](http://www.ps.pt/accao)  
E-mail [Accao.Socialista@partido-socialista.pt](mailto:Accao.Socialista@partido-socialista.pt)

Redacção, Administração e Expedição **Avenida das Descobertas 17**  
**Restelo - 1400-091 Lisboa**  
**Telefone 21 3021243 Fax 21 3021240**

Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido

Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X

Impressão **Mirandela, Artes Gráficas SA**  
**Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa**



- Quero assinar o Acção Socialista na modalidade que indico**

Junto envio o valor da assinatura

- Quero renovar a assinatura**

Junto envio o valor da assinatura

- Cheque  
 Vale de correio  12 meses

Por favor remeter este cupão para:

**Acção Socialista**  
Avenida das Descobertas, 17 - Restelo  
1400-091 Lisboa

**Nome** \_\_\_\_\_  
**Morada** \_\_\_\_\_  
**Localidade** \_\_\_\_\_ **Código Postal** \_\_\_\_\_

Assinaturas	12 meses
	52 números
Continente	25 €
Regiões Autónomas	32 €
Macau	54 €
Europa	63 €
Resto do Mundo	92 €

**O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados**